

29 de novembro de 2021

O uso da estratégia de Responsabilidade Social Corporativa pela indústria do tabaco na promoção dos Dispositivos eletrônicos de fumar

Ana Paula C. Richter • Luis Guilherme Hasselmann

Silvana Rubano Turci • Vera Luiza da Costa e Silva

Este documento foi produzido com a ajuda de um subsidio da UNION em nome da STOP. A STOP é uma organização que monitora globalmente a indústria do tabaco, é financiada pela Bloomberg Philanthropies, e é formada por uma parceria entre o Grupo de Pesquisa no Controle do Tabaco da Universidade de Bath, o Centro Global para Boa Governança no Controle do Tabaco (GGTC), a União Internacional contra a Tuberculose e Doenças Pulmonares (UNION) e a Vital Strategy. O conteúdo deste documento é de responsabilidade exclusiva dos autores e em nenhuma circunstância pode ser considerado como um reflexo das posições da UNION, da STOP ou dos doadores.



A GLOBAL
TOBACCO
INDUSTRY
WATCHDOG

O uso da estratégia de Responsabilidade Social Corporativa pela indústria do tabaco na promoção dos Dispositivos eletrônicos de fumar

Autores: Ana Paula C. Richter, Luis Guilherme Hasselmann, Raquel Torres, Silvana Rubano Turci e Vera Luiza da Costa e Silva.

Mudanças referentes à interferência de setores interessados e o papel do Estado na economia e na sociedade são um fenômeno que vem acontecendo mundialmente nas últimas décadas, e que tem, consequentemente, gerado discussões a respeito do papel de organizações privadas em questões de saúde pública (Serpa & Fourneau, 2007). Um número crescente de empresas, em todo mundo, vem se esforçando para incorporar a responsabilidade social corporativa (RSC) como parte integral de seus negócios. Atualmente não existe consenso da definição do termo RSC, entretanto autores como Harjoto & Jo (2011) e Cai e colegas (2011) sugerem que as definições de RSC se referem aos esforços das empresas para servir a sociedade e meio ambiente além do que lhes é legalmente exigido.

Na tentativa de reportar as ações de RSC que vem sendo adotadas pela indústria do tabaco (IT) na promoção dos dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs), este documento apresenta o atual contexto do uso de DEFs no Brasil, assim como, uma proposta de definição de RSC na promoção dos DEFs para subsidiar esta análise. Também pretende identificar as estratégias de RSC da IT, contextualizando-as em relação aos diversos cenários políticos (anterior, atual e futuro) do Brasil, examinar seus efeitos sobre as medidas regulatórias vigentes e identificar novas abordagens para neutralizar a influência da IT. Este conteúdo é fundamental para informar e envolver a população brasileira na discussão do impacto gerado pela eventual liberação dos DEFs no Brasil e para subsidiar os tomadores de decisão sobre as melhores estratégias e respostas que contemplem a saúde pública.

Contexto

A conscientização sobre os riscos dos produtos derivados de tabaco, e o consequente crescimento das regulamentações nacionais, resultaram na redução das vendas de cigarros convencionais em países de alta renda (da Costa e Silva, 2021). A resposta a esses dois fenômenos resultou na busca de alternativas “mais limpas” para fumar, com produtos contendo nicotina inicialmente em formato de cigarros, chamados de cigarros eletrônicos (e-cigs), e a volta de produtos de

tabaco novos e emergentes, em particular sob a forma de tabaco aquecido e tabaco mascado (snus). A IT focou, portanto, no desenvolvimento e marketing dos “produtos da futura geração” e vem produzindo e promovendo: o snus (tabaco de uso oral porém, diferentemente do rapé brasileiro, contém aromatizantes e tem a forma parecida com saquinhos de chá), os cigarros eletrônicos (e-cigs ou vapor) e os produtos de tabaco aquecidos (HTPs) (University of Bath, 2021d). Estes produtos fazem parte da nova estratégia da IT de propor uma política de redução de danos ao consumidor com o discurso do que ela refere como “harm reduction”.

Os DEFs já compõem o portfólio da maioria dessas empresas multinacionais e contam com uma preocupante adesão de novos consumidores em países onde a sua comercialização foi liberada, pois apesar de serem alegadamente destinados a fumantes adultos regulares, acabam tendo como usuários curiosos e grupos influenciados pelo seu apelo tecnológico, de jovens e adolescentes (Collins et al., 2019; Truth Initiative, 2019). Seu marketing vende a ideia de que são produtos de baixa toxicidade, que podem colaborar na cessação, e busca mecanismos de garantir preços e medidas regulatórias que fomentem seu consumo e ofereçam produtos em diferentes formatos e sabores para aumentar sua atratividade, quando na realidade a prática é outra: os DEFs são produtos fumígenos que contém nicotina e causam dependência e adoecimento àqueles que são expostos, voluntária ou involuntariamente (Paumgartten, 2019).

Uso de estratégias de RSC pela indústria

No mundo

Com a queda acentuada na prevalência mundial do tabagismo, a indústria do tabaco tem agido para conter o avanço do controle do tabagismo (Truth Initiative, 2019). Dentre eles, está o investimento em cigarros eletrônicos e vaporizadores como uma forma de oferecer nicotina aos fumantes atuais e ao mesmo tempo promover a iniciação do tabagismo (Paumgartten, 2019; Santos, 2018). Para promover os DEFs, a indústria do tabaco criou e contou com o apoio de grupos de fachada para fazer campanhas de relações públicas que não só visam desacreditar os defensores do controle do tabagismo como também pressionar tomadores de decisões para a regulamentarem os DEFs (Silva & Moreira, 2019). A IT foi pioneira no uso de grupos de fachada para promover seus interesses (Apollonio & Bero, 2007). Por grupos de fachada, entende-se organizações que pretendem representar uma agenda quando, na realidade, atendem aos interesses de outra parte envolvida e que tem seu patrocínio raramente divulgado (University of Bath, 2021c).

No Brasil

O Brasil foi um dos primeiros países no mundo a banir os DEFs (ANVISA, 2009; Silva & Moreira, 2019). Como resposta a proibição, a Anvisa - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - recebeu e continua recebendo, fortes críticas, especialmente de usuários e de grupos de fachada (Paumgartten, 2019; Silva & Moreira, 2019).

A ANVISA publicou em 28 de agosto de 2009, a Resolução de Diretoria Colegiada nº 46 (RDC 46/2009), que proíbe a comercialização desses dispositivos no Brasil. Como se pode verificar na linha do tempo relativa às medidas e pronunciamentos sobre DEFs pela ANVISA (Figura 1), a partir de 2016 a ANVISA ampliou as iniciativas com enfoque sobre o tema, possivelmente refletindo a pressão crescente para que os DEFs fossem liberados.

A IT, seus grupos de fachada e até mesmo os próprios usuários de DEFs têm sido responsáveis diretos por estas tentativas ou tem apoiado ações para possibilitar a liberação do uso dos DEFs no Brasil, desde que o marco regulatório da ANVISA, com o princípio precaucionário em relação a estes produtos foi aprovado há 12 anos atrás (ANVISA, 2009). No entanto, a pressão da IT vem aumentando sobre a ANVISA com a única finalidade de comercializar seu produto no mercado brasileiro. Segundo o Índice de Interferência da Indústria do Tabaco, publicado anualmente por grupos de monitoramento das estratégias da IT, incluindo o Observatório de Monitoramento da Indústria do Tabaco na FIOCRUZ/Brasil só em 2019, 19 reuniões foram gravadas entre as empresas de tabaco e ANVISA (Assunta, 2020; Salgado et al., 2020).

As estratégias de interferência da IT no Brasil também foram descritas no jornalismo investigativo brasileiro (Sudré, 2020), no período em que a ANVISA lançava uma nova consulta como parte de sua agenda regulatória, supostamente provocada pela IT. Este processo foi iniciado pela agência em 2018 com a criação de um painel técnico-científico para rediscutir a autorização da venda de DEFs no país, para o qual foram convidados pesquisadores nacionais e internacionais, entidades envolvidas no controle do tabagismo e a IT. Em seguida, a ANVISA realizou duas audiências públicas em 2019, quando mais de 350 contribuições foram encaminhadas como evidências técnico-científicas sobre os DEFs, seguidas em 2021 de uma nova consulta pública, desta vez com consultas dirigidas a setores específicos (ANVISA, 2021a).

Dispositivos eletrônicos de fumar (DEFs) e Responsabilidade Social Corporativa na promoção dos dispositivos eletrônicos de fumar (DEFs)

Definições usadas

O presente documento define DEFs como produtos que liberam nicotina sob baixa ou nenhuma combustão, incluindo dispositivos de liberação de nicotina e dispositivos de aquecimento de folhas de tabaco, como *cigarros eletrônicos e produtos de tabaco aquecidos* (HTPs).

De acordo com Bower (1957), a RSC se constitui na adoção de atitudes, posturas, decisões e valores que algumas empresas empregam, a fim de valorizar sua imagem perante a sociedade. Essa atuação da indústria do tabaco foi recentemente classificada em três camadas: filantropia corporativa (criar um produto que vai substituir o tabaco); gestão de risco (generosidade após algum evento prejudicial à reputação, como uma ação judicial por contrabando ou causar danos aos consumidores) e geração de valor (entidades em quem a indústria está apostando que venham a público atestar o valor da IT) (Franklin, 2008). No âmbito dos DEFs, a indústria tem aparentemente usado estratégias de RSC em três grandes abordagens:

1. Filantropia corporativa – a indústria fumageira vem apostando em pesquisa e desenvolvimento nas últimas décadas, com a intenção de criar um produto mais “limpo” e recentemente lançou vaporizadores com tabaco aquecido (University of Bath, 2021d). Ela também ampliou seu parque industrial para produzir dispositivos de liberação de nicotina, que teriam surgido inicialmente na China (University of Bath, 2021d). Ela vem alardeando publicamente o fim eventual da produção de cigarros e a aposta nos dispositivos eletrônicos de fumar como alternativa mais saudável (University of Bath, 2021d).
2. Gestão de risco - a reputação da indústria fumageira tem sofrido importante queda por produzir um produto que mata um em cada dois consumidores regulares e pelas estratégias que ela vem usando para aumentar seus lucros. Globalmente, muitas ações de responsabilização da indústria também foram perdidas na justiça por ela, levando sua imagem a ficar cada dia mais comprometida (Daynard et al., 2000). A indústria teve então interesse em produzir e promover um produto alternativo que respondesse às demandas da sociedade no que tange aos malefícios do tabagismo tradicional. As três maiores indústrias transnacionais de cigarros comercializam os DEFs hoje em muitos mercados (Truth Initiative, 2021).

3. Geração de valor – a indústria vem usando instituições, entidades e pessoas na promoção de sua alternativa mais “limpa”. Recentemente, uma das maiores indústrias transnacionais financiou a criação de uma entidade que promove sua agenda (Foundation for a Smoke-free World, 2021a).

Finalizando, a IT identificou na produção e comercialização de DEFs um nicho de mercado que além de gerar lucros, tinha o potencial de colocá-la como um agente de controle do tabagismo, através de uma campanha de marketing e relações públicas bem articulada, que usa estratégias de RSC com atores que promovem sua agenda, criando a ilusão de que ela estaria ajudando a causa ou seja, a saúde pública (University of Bath, 2021d).

Metodologia

Este documento consiste em uma análise de publicações coerentes sobre dispositivos eletrônicos e suas variações no período de 2009 a 2021. O ponto de partida foi 2009, pois foi quando ocorreu o marco regulatório da resolução da diretoria colegiada – RDC 46/2009, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que da proibiu a comercialização, importação e propaganda de dispositivos eletrônicos para fumar, até outubro de 2021.

Descritores usados - O cigarro eletrônico, também chamado de vape, e-cigarro, e-cig ou e-cigarette, é um Dispositivo Eletrônico para Fumar (DEF) que simula o tabagismo. Os termos utilizados para pesquisa na área acadêmica (resumo, relatório, fichamento, artigo científico, resenha, monografia, etc), na mídia tradicional (rádio, televisão, jornais, panfletos, etc) e na mídia digital (redes sociais, blogs, canais do YouTube, e-mail, dentre outras) incluem os descritores: dispositivos de fumar; DEFs; cigarros eletrônicos; e-cigs; e-cigarettes; vaping; AND indústria; indústria do tabaco; fumageiras e responsabilidade social corporativa.

Uso da LAI - A Lei Federal nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação. Embasados na Lei de Acesso à Informação, buscou-se vínculos entre organizações e pessoas com a indústria fumageira no Brasil e suas relações com algumas instâncias do governo. Com isso, foram buscados quando as grandes empresas do setor fumageiro (Philip Morris Internacional PMI, British American Tobacco - BAT, Japan Tobacco - JTI, China Tobacco, dentre outras), se utilizaram de ações de Responsabilidade Social Corporativa com o intuito de promover os seus produtos para serem usados pela população.

Resultados preliminares

A regulação dos DEFs no Brasil

Em 2009, respondendo à entrada dos DEFs no mercado em diversos países ocidentais, a ANVISA, fez uso de suas prerrogativas para regular proibir a fabricação, a importação, o armazenamento, a distribuição e a comercialização de produtos e insumos, em caso de risco à saúde, conforme art. 7º, inciso IX, realizou a consulta pública nº 41 de 2009, por meio da qual submeteu à sociedade uma proposta de resolução sobre a proibição da comercialização dos DEFs. Após a consulta pública e a consequente análise dos documentos apresentados pelas partes interessadas, a Diretoria Colegiada da ANVISA emitiu a resolução de sua diretoria colegiada RDC 46/2009 (ANVISA, 2009), em acordo com a Lei 9782 de 26 de janeiro de 1999, especialmente os art. 6º e 8º, § 1º, inciso X (Congresso Nacional, 1999), que confere à ANVISA a finalidade institucional de promover a proteção da saúde da população, com competência para regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública, inclusive cigarros, cigarrilhas, charutos e qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco. Com o objetivo de proteger a saúde pública no que tange ao controle de produtos fumígenos, a RDC 46/2009 proíbe a comercialização, importação e propaganda de DEFs no Brasil, havendo apenas a permissão para o registro de DEFs se houvesse apresentação de estudos toxicológicos e testes científicos específicos que comprovassem as finalidades alegadas, ainda sujeitos à análise técnica e aprovação pela ANVISA (ANVISA, 2009). Note-se que não existe até a presente data, referência pública de que a indústria fumageira tenha apresentado estudos toxicológicos e testes científicos específicos a nenhum governo, inclusive ao brasileiro, comprovando as finalidades promovidas destes produtos (da Costa e Silva, 2021).

Desde a RDC 46/2009, a ANVISA realizou uma série de levantamentos sobre o tema, com o objetivo de obter subsídios científicos atualizados sobre os potenciais riscos dos DEFs para a saúde. Em 2016, a ANVISA publicou uma revisão de artigos publicados sobre os DEFs, reunindo informações sobre a composição do vapor e os danos à saúde, o papel dos DEFs na redução de danos e no tratamento da dependência de nicotina (Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva, 2016). Também em 2017, a ANVISA incluiu o tema DEFs no item 11.3 da Agenda Regulatória 2017/2020 da Agência (ANVISA, 2020b), a fim de discutir o tema frente aos estudos científicos atualizados e às discussões e experiências internacionais.

Em 2018, a ANVISA realizou um painel técnico para discussão dos DEFs, e contou com a participação do setor regulado, órgãos envolvidos no controle do tabagismo no Brasil, assim como pesquisadores

nacionais e internacionais e a sociedade civil organizada (ANVISA, 2018). Esse painel contou também com a participação da IT, como a British American Tobacco (BAT, antiga Souza Cruz), Philip Morris Brasil (PMI), JTI Processadora de Tabaco (JTI), além de políticos, numa tentativa de pressionar a revisão a RDC 46/2009, alegando que os DEFs são menos prejudiciais à saúde, por aquecer o tabaco em vez de queimá-lo (ANVISA, 2018). A BAT, representada por Christopher Proctor, cientista chefe, apresentou dados de artigos científicos cujos autores são empregados da própria BAT, e cujo financiamento do estudo foi feito pela Nicoventures Ltd, uma subsidiária da BAT. Ainda, a BAT afirmou que a regulamentação dos DEFs não acarretaria na redução da demanda do consumo de produtos derivados do tabaco e que, com a regulamentação dos DEFs, o Brasil poderia tornar-se um exportador de nicotina (ANVISA, 2018). Da mesma forma, a PMI, representada pela Vice-Presidente de Comunicações Públicas e Científicas, Dra. Moira Gilchrist, apresentou a "Fundamentação científica dos Produtos de Risco Reduzidos da PMI", afirmando que DEFs representam "uma oportunidade para os fumantes que não conseguem parar de fumar." Além disso, a PMI apontou dados a favor do uso e da regulamentação dos DEFs que foram produzidos ou financiados pela PMI Research and Development (ANVISA, 2018).

Em 2019, a ANVISA publicou o Termo de Abertura do Processo Administrativo de Regulação, relacionado aos DEFs (ANVISA, 2019b), que marca o início das discussões dentro do novo modelo regulatório da ANVISA. A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019), mostrou que 16,8% dos estudantes já haviam feito uso de DEFs ao menos uma vez, o que sugere a ação da IT na propaganda e disseminação de DEFs no Brasil, apesar da RDC 46/2009, que proíbe a propaganda e comercialização de DEFs no Brasil tem surtido efeito. Também em 2019, a ANVISA realizou duas audiências públicas, com atores interessados no problema regulatório dos DEFs, com o objetivo de obter subsídios técnicos e científicos relacionados aos DEFs (ANVISA, 2019a). Mais uma vez, a IT esteve presente nas duas audiências (ANVISA, 2019a).

Em 2021, a ANVISA realizou três consultas dirigidas sobre dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs), a primeira destinada aos gestores das Vigilâncias Sanitárias (Visas) dos estados e dos municípios, a segunda para as instituições de pesquisa, instituições de ensino e órgãos governamentais e a terceira para as empresas que comercializam esses produtos em outros países (ANVISA, 2021b). No momento de realização deste documento, o relatório das submissões do setor regulado já havia sido liberado. Foram consideradas 7 contribuições, 3 de empresas com representação no Brasil, 2 em Portugal, 1 na Argentina e 1 no Paraguai. Na consulta, as empresas informaram sobre tipos de DEFs e regulamentações existentes em 38 países (ANVISA, 2021c).

A linha do tempo das atividades reportadas pela ANVISA em relação aos DEFs no período analisado encontra-se na Tabela 1.

Tabela 1: Ações da ANVISA pós-regulação dos DEFs em 2009

| | |
|------|---|
| 2009 | • ANVISA realiza consulta pública sobre DEFs |
| 2009 | • ANVISA proíbe comercialização, importação e propaganda de DEFs condicionando liberação à comprovação de benefícios |
| 2014 | • AMB e CFM alertam médicos e sociedade sobre ineficácia dos DEFs para reduzir consumo de cigarros |
| 2016 | • ANVISA publica com OPAS e INCA revisão técnica “Cigarros eletrônicos: o que sabemos” |
| 2017 | • ANVISA inclui o tema na Agenda Regulatória 2017-2020 |
| 2018 | • ANVISA recebe apoio da AMB para não liberar DEFs |
| 2018 | • ANVISA faz Painel técnico para discussão sobre dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs) |
| 2019 | • ANVISA lança alerta aos médicos sobre doença pulmonar severa associada ao uso de DEFs |
| 2019 | • ANVISA realiza primeira audiência pública sobre DEFs em Brasília |
| 2019 | • ANVISA realiza segunda audiência pública sobre DEFs no Rio de Janeiro |
| 2021 | • ANVISA realiza 3 consultas dirigidas sobre DEFs: 1. Visas; 2. instituições de pesquisa, ensino e governo; 3. empresas |

O processo regulatório brasileiro tem relação com o processo de discussão internacional dos DEFs conforme se pode observar pela Tabela 2 (da Costa e Silva, 2021).

Tabela 2: Linha do tempo de eventos internacionais determinantes no mercado, pressão da indústria e iniciativas nacionais

| | |
|------|--|
| 2007 | • Mercado de cigarros eletronicos, inventados na China em 2003, toma impulso no ocidente |
| 2008 | • Grupo de Trabalho do artigo 9&10 recomenda para COP3 identificar boas práticas na regulação de cigarros eletronicos (ENDS) |
| 2010 | • Secretariado da CQCT prepara informe para COP4 expressando preocupação sobre a expansão do mercado dos ENDS |
| 2012 | • Indústria do tabaco começa a comprar fábricas de cigarros eletronicos e a investir em P&D de cigarros aquecidos • COP5 pede relatório sobre prevenção e controle de dispositivos eletronicos de liberação de nicotina (ENDS) e evidências sobre impacto à saúde |
| 2014 | • Grupo de acadêmicos pro-cigarros eletronicos pede sua liberação • COP6 propõe regular ou proibir ENDS levando em conta a proteção da saúde humana |
| 2016 | • COP7 reconhece a existência de cigarros aquecidos (HTPs) no mercado e propõe proibir ou restringir a manufatura, importação, distribuição, apresentação, venda e uso de ENDS |
| 2018 | • Grandes empresas de tabaco incluem cigarros aquecidos no seu portfólio • COP8 avalia expansão do mercado de ENDS e reconhece cigarros aquecidos (HTPs) como produtos do tabaco sujeitos a medidas da CQCT |
| 2021 | • Grupo de acadêmicos pro-cigarros eletronicos pede sua liberação • COP9 discute ENDS e HTPs com documentos submetidos pelo Secretariado e OMS mantendo o posicionamento científico sobre os DEFs |

Nota: Adaptado de da Costa e Silva, 2021.

A invenção dos dispositivos de liberação de nicotina ocorreu em 2003, na China, mas só a partir de 2007 seu mercado se ampliou nos Estados Unidos e Europa (da Costa e Silva, 2021). Foi apenas durante a terceira sessão da Conferência das Partes, órgão de governança da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da OMS, que este tema foi trazido pela primeira vez em 2008, através do relatório do Grupo de Trabalho da COP para abordagem dos artigos 9 & 10 (WHO Framework Convention on Tobacco Control, 2008). O Brasil era representado neste Grupo de Trabalho pela ANVISA, que acompanhou e contribuiu para estas discussões até 2018, quando na COP8 o grupo teve seu mandato temporariamente substituído por um grupo técnico criado para levar suas considerações sobre o tema à COP9, do qual técnicos da ANVISA também fazem parte (Framework Convention on Tobacco Control, 2019; Portes et al., 2019; WHO Framework Convention on Tobacco Control, 2020). Como verificado nas Tabelas 1 e 2, existe uma sincronia cronológica entre o mercado de dispositivos de nicotina e depois de tabaco aquecido, as iniciativas da ANVISA e a discussão e o desenvolvimento de políticas internacionais voltadas para o que a COP7, em 2016, passou a classificar em 3 grupos (ENDS - dispositivos de liberação de nicotina, ENDS - dispositivos para a liberação de outros produtos sem nicotina e HTPs - produtos de tabaco aquecidos), através das sucessivas COPs (WHO Framework Convention on Tobacco Control, 2016). Mas, é em 2010 que começa a surgir uma preocupação sobre o tema, que passa a ocupar todas as COPs inicialmente com uma discussão polarizada de grupos acadêmicos contra e a favor. Ainda, em 2019, temos a descrição de casos de uma doença nova potencialmente causada em usuários destes

produtos (EVALI) (Health, 2021) e finalmente, a pressão crescente promovida pela indústria dos novos produtos de nicotina e tabaco para sua comercialização em outros países (University of Bath, 2021b). Fica patente em nível internacional a pressão maior da indústria a partir do momento em que os produtos de tabaco aquecido passam a fazer parte de seu portfólio como uma alternativa ao usuário regular de tabaco (da Costa e Silva, 2021) e que as grandes multinacionais de tabaco compram fábricas de dispositivos eletrônicos de liberação de nicotina.

A resposta da indústria à regulação dos DEFs no Brasil

A indústria do tabaco (IT) tem tido forte atuação nas mídias tradicionais (rádio, televisão, jornais, etc) e nas mídias digitais (sites, redes sociais, blogs, canais do YouTube, e-mail, dentre outras), desde que a comercialização, importação e propaganda de todos os tipos de dispositivos eletrônicos para fumar foram proibidas no Brasil (Assunta, 2020; Salgado et al., 2020).

Entre suas principais estratégias, está a utilização de membros do alto escalão de suas empresas para dar entrevistas e defender seus interesses. Durante esse período (2009 até novembro de 2021), nomes como Fernando Vieira, Diretor de Assuntos Corporativos da Philip Morris Brasil, Wagner Erne, Presidente da Philip Morris Brasil, Liel Miranda, Ex-presidente da Souza Cruz, e Jorge Irribarra, Presidente da BAT Brasil, apareceram constantemente falando dos “benefícios” do cigarro eletrônico em comparação ao cigarro tradicional. Todos eles alegam que o cigarro eletrônico é menos danoso que o tradicional e que sua regulamentação é fundamental para reduzir danos e controle do contrabando. A Tabela 3 lista os principais representantes da indústria do tabaco envolvidos na promoção de DEFs.

Tabela 3: Representantes da indústria do tabaco envolvidos na promoção de DEFs

| Nome | Filiação | Link | Vínculo | Ano |
|------------------|---|---|--|------|
| Analucia Saraiva | Gerente de Relações Científicas da BAT Brasil | https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/01/13/interna_cidade_sdf,820097/dispositivos-eletronicos- | Trabalha na BAT Brasil e Defende que dispositivos eletrônicos sem combustão, como os que aquecem esse produto, são | 2020 |

| | | | | |
|--------------|--|---|---|------|
| | | para-fumar-sao-praibidos-mas-ainda-sao-vendi.shtml | mecanismos de risco reduzido que podem representar uma saída mais segura para quem pretende parar de fumar e não consegue ou para quem não quer abrir mão do hábito | |
| Delcio Sandi | Diretor de Relações Externas da BAT Brasil | http://olajornal.com.br/bat-brasil-aponta-revisao-do-sistema-tributario-para-enfrentamento-do-contrabando-de-cigarros/ | Na visão do Diretor de Relações Externas da BAT Brasil, Delcio Sandi: “O Brasil precisa buscar, em seu próprio território, soluções para que o mercado ilegal não volte a crescer”; | 2021 |
| Dérica Serra | Head de Assuntos Médico da PMI Brasil | https://exame.com/negocios/phillip-morris-faz-nova-aposta-para-aprovacao-cigarro-do-futuro-no-brasil/ | A Phillip Morris entende que ainda existe um estigma grande sobre os DEFs no Brasil. Para driblar | 2021 |

| | | | | |
|-----------------|--|---|--|------|
| | | | isso, a empresa apostou na criação de um cargo para dialogar com a comunidade médica e científica, o de Head de Assuntos Médicos na Phillip Morris, ocupado pela médica Dérica Serra | |
| Fernando Vieira | Diretor de Assuntos Corporativos da Philip Morris Brasil | https://saude.abri.l.com.br/medicina/cigarro-eletronic o-faz-menos-mal-para-a-saude-que-o-comum/ | Trabalha para indústria | 2021 |
| Wagner Erne | Ex-presidente da Philip Morris Brasil | https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/01/1952903-nao-tem-como-cigarro-eletro Nico-ser-pior-que-o-tradicional-diz-prresidente-da-philip-morris-no-brasil.shtml | Trabalhou para indústria | 2018 |

| | | | | |
|-----------------|---|---|--------------------------|------|
| Jorge Irribarra | Presidente da BAT Brasil | https://www.cnnbrasil.com.br/business/agora-bat-brasil-souza-cruz-cresce-em-2020-mas-ve-problemas-no-pais/ | Trabalha para indústria | 2021 |
| Liel Miranda | Ex-presidente da Souza Cruz | https://www.istoedinheiro.com.br/souza-cruz-apaga-o-cigarro/ | Trabalhou para indústria | 2019 |
| Rafael Bastos | Gerente Sênior de Assuntos Corporativos da Philip Morris Brasil | https://www.gaz.com.br/cigarros-eletronicos-estao-na-pauta-de-discussao-da-anvisa/ | Trabalha para indústria | 2019 |

Entre as últimas iniciativas da indústria podemos citar a introdução de profissionais da área médica nas grandes empresas do setor, visando passar uma imagem de preocupação com a saúde do consumidor e com o futuro do planeta. Isso pode ser reportado como uma ação de responsabilidade corporativa social (RSC), pois tem como objetivo mostrar que as empresas estão preocupadas em disponibilizar produtos de menor dano para o consumidor e com isso gerar menos doenças decorrentes do uso contínuo do tabaco entre a população brasileira e mundial (o Joio e o Trigo, 2020).

Um exemplo recente (2021) foi a contratação da médica Dérica Serra para posição de Head de Assuntos Médicos na Phillip Morris Brasil (PMI, 2021). A empresa tem mais de 400 pessoas em seu centro de pesquisa na Suíça apenas focadas em pesquisas e outros responsáveis pela atuação global, mas no Brasil ainda não tinha alguém para ser a porta-voz com a comunidade médica e científica (PMI, 2009).

Dérica Serra é responsável por fazer a interface com o setor e ser a porta-voz de pesquisas científicas. Médica oftalmologista, a profissional tem vasta experiência na indústria farmacêutica em oncologia com foco em imunoterapias e terapias voltadas para, principalmente, o tratamento de

melanoma e câncer de pulmão (PMI, 2021).

A BAT Brasil também conta com uma profissional da área médica em seu quadro. Analucia Saraiva, Gerente de Relações Científicas, defende abertamente que o cigarro eletrônico é uma “saída segura” ao cigarro tradicional e que seus sabores são atraentes para novos consumidores. Quando perguntada sobre a Evali, doença relacionada ao cigarro eletrônico e já diagnosticada nos Estados Unidos, Analucia cita a falta de regulamentação como causa desse mal. Segundo ela, a “não regulamentação é o que leva o usuário de DEFs a utilizar os produtos de forma errônea e a optarem por produtos de baixa qualidade” (Eufrásio, 2020). A BAT parece ter contratado também uma ex-diretora da ANVISA, para vir a público falar a favor dos DEFs. Em matéria recente, Alessandra Bastos, consultora da BAT Brasil defendeu a liberação dos DEFs para garantir o direito de escolha dos consumidores (Exame, 2021).

Tabela 4: Representantes dos produtores e dos trabalhadores da cadeia produtiva do tabaco envolvidos na promoção de DEFs

| Nome | Filiação | Link | Vínculo | Ano |
|----------------|--|---|--|------|
| Benício Werner | Presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) | http://olajornal.com.br/afubra-vai-defender-em-audincia-cigarro-elettronico-que-utiliza-tabaco/ | Defende a liberação dos dispositivos de fumar eletrônicos que utilizam tabaco na composição, e não os mais comuns, com essências de nicotina | 2019 |
| Carlos Galant | Presidente da Abifumo | https://www.produtorsouzacruz.com.br/noticias/audincia-da-anvisa-reune-representan | Defende a apresentação de relatórios técnicos de parte da indústria, que | 2019 |

| | | | | |
|-------------------------|-------------------------|---|---|------|
| | | <u>tes-da-saude-e-do-setor-do-tabaco</u> | segundo ele “revela” que os DEFs reduzem de forma significativa os malefícios à saúde em relação ao cigarro convencional, e critica entidades contrárias à regulamentação, que segundo ele têm um discurso mais ideológico. | |
| Gualter Baptista Júnior | Presidente da Fentifumo | https://folhadomate.com/noticias/geral/governador-defende-debate-se-m-preconceito-sobre-os-produtos-de-tabaco-aquecido/ | Para o presidente da Fentifumo, Eduardo Leite, governador do Rio Grande do Sul, demonstra sensibilidade com a cadeia produtiva do tabaco: “É muito positivo este posicionamento, pois o governo mostra que além de incentivos ao investimento, tem atuado | 2020 |

| | | | | |
|-----------------------|--|---|--|------|
| | | | fortemente para o controle ao contrabando e vê como positivo a entrada de novos produtos como cigarro eletrônicos e de dispositivos de tabaco aquecido.” | |
| Iro Schünke | Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SindiTabaco) | https://www.gaz.com.br/setor-de-tabaco-quer-neutralidade-do-governo-em-relacao-aos-cigarros-eletronicos/ | Pidiu ao governo brasileiro que adote uma postura neutra em relação aos DEFs | 2021 |
| Paulo Solmucci Junior | Presidente-executivo da Abrasel | https://www.istoedinheiro.com.br/o-cigarro-eletronico-na-berlinda/ | Durante um discurso inflamado em defesa da liberação dos dispositivos, o presidente da Abrasel, Paulo Solmucci Júnior, tirou do bolso um cigarro eletrônico comprado no Mercado Livre. | 2019 |

| | | | | |
|-----------------|--|---|--|------|
| Romeu Schneider | Diretor-Secretário da Afubra e Presidente da Câmara Setorial do Tabaco | https://www.gaz.com.br/setor-de-tabaco-quer-neutralidade-do-governo-em-relacao-aos-cigarros-eletronicos | Pidiu ao governo brasileiro que adote uma postura neutra em relação aos DEFs (2021). | 2021 |
|-----------------|--|---|--|------|

O lobby institucional é uma das táticas mais utilizadas pela indústria para conquistar os seus objetivos, que nada mais é do que a liberação de seus produtos e obtenção de vantagens via legislação brasileira (O Joio e o Trigo, 2021). Com isso a indústria conta com a ajuda de organizações como Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SindiTabaco), Associação Brasileira da Indústria do Fumo (ABIFUMO), Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL) e Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Afins (Fentifumo)(Mathias, 2021a).

Todas essas organizações participaram das audiências públicas promovidas pela ANVISA, visando participar do debate para que os DEFs sejam legalizados (ANVISA, 2018, 2019a). Elas defendem que esses produtos seriam uma forma de reduzir danos e de manter ativa atividades agrícolas relacionadas ao fumo. Os representantes dessas organizações já são conhecidos por estarem do lado da indústria no debate sobre os DEFs no país e fizeram apresentações onde buscavam apresentar “dados” que validassem a tese de que os DEFs são menos danosos do que o cigarro tradicional (ANVISA, 2018, 2019a).

Entre os principais nomes (Tabela 4) que aparecem na mídia e que atuam ativamente nas audiências públicas estão Benício Werner (Presidente Afubra), Iro Schünke (Presidente do SindiTabaco), Gualter Baptista Júnior (Presidente da Fentifumo) e Carlos Galant (Presidente da Abifumo).

O secretário da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), Romeu Schneider, é outro que aparece frequentemente na mídia defendendo os DEFs. No dia 14 de julho de 2021, ele assumiu a coordenação da Câmara Setorial da Cadeia do Tabaco do Rio Grande do Sul (Garcia, 2021). Schneider é também o presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco, ligada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

A instrução normativa 02/2021, publicada pela Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do estado e que regulamenta a atuação das câmaras setoriais, define que a coordenação de Schneider terá mandato de dois anos (SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2021). A câmara tem caráter consultivo e é um instrumento de interlocução entre o setor privado e o setor público. Segundo Schneider, a Câmara Setorial do Tabaco tem quatro pilares: governo, produtores, trabalhadores na indústria e indústria (Garcia, 2021).

Tabela 5: Políticos envolvidos na promoção de DEFs

| Nome | Filiação | Link | Vínculo | Ano |
|----------------|---|---|--|------|
| Ana Amélia | Ex-senadora (PP) Em dezembro de 2018, o governador eleito do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), anunciou Ana Amélia para comandar a pasta de Relações Federativas e Internacionais no estado do RS | https://elefanteeditora.com.br/vice-de-alckmin-na-amelia-e-defensora-da-industria-do-cigarro | Comparece a reuniões defendendo abertamente interesses da indústria do tabaco | 2018 |
| Cida Borghetti | Ex-governadora do Paraná | https://www.aen.pr.gov.br/modulos/noticias/article.php?storyid=95615&tit=Em-Bologna-Cida-se-reune-com-diret | Visitou a fábrica da Philip Morris e destacou que está empenhado na busca por regulamentação para os novos | 2017 |

| | | | | |
|-------------------|---|---|--|------|
| | | <u>oria-da-Phillip-Morris</u> | dispositivos de fumar. Para ele, é preciso um debate sem preconceitos sobre o tema, buscando garantir a continuidade dos negócios do setor | |
| Eduardo Leite | Governador do Rio Grande do Sul | http://olajornal.com.br/governo-do-estado-se-ali-a-na-busca-por-regulamentacao-de-tabaco-aquecido/ | Se reuniu com a diretoria da Phillip Morris e visitou as instalações da unidade de fabricação de Produtos de Risco Reduzido da Philip Morris International (PMI), situada em Bolonha, na Itália. | 2020 |
| Fernando Schwanke | Ex-secretário de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | http://olajornal.com.br/governo-do-rio-grande-do-sul-quer-fabrica-de-cigarros-elettronicos | Comandou a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Mapa do início do governo Bolsonaro a 1º de julho de 2021. É | 2019 |

| | | | | |
|--------------------|--|---|---|------|
| | Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Projetos do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA); | | ex-prefeito de Rio Pardo – um dos expoentes na produção de fumo no Rio Grande do Sul – e tem uma filha que é, há sete anos, funcionária da Philip Morris Brasil | |
| Luis Carlos Heinze | Senador (Progressistas) | https://www.cartacapital.com.br/sociedade/lobby-do-fumo-ataca-colegiado-chave-politica-antitabaco/ | Contrário às políticas de controle do tabagismo | 2021 |
| Marcelo Moraes | Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul (PTB) | https://www.gaz.com.br/setor-de-tabaco-quer-naturalidade-do-governo-em-relacao-aos-cigarros-eletronicos/ | Aliado da atual administração federal, da qual é vice-líder na câmara, apoia que o governo não defenda medidas "prejudiciais" à cadeia do tabaco | 2021 |
| Onyx Lorenzoni | Ministro do Trabalho e | https://www.cartacapital.com.br | O ministro do Trabalho e | 2021 |

| | | | | |
|--|-------------|--|---|--|
| | Previdência | <u>/sociedade/lobby-do-fumo-ataca-colegiado-chave-politica-antitabaco/</u> | Previdência, Onyx Lorenzoni, recebeu a comitiva do fumo em 25 de agosto de 2021. Esse encontro não consta de sua agenda oficial (LAI) | |
|--|-------------|--|---|--|

Além dessas organizações, a indústria do tabaco também conta com a presença de políticos atuantes quando se trata de defender seus interesses. Políticos dos mais diversos partidos e cargos estão à serviço da indústria, se utilizando do seu poder para criar ou se opor a projetos de lei, levantar temas pertinentes à indústria e debater assuntos de interesse no Legislativo (Tabela 5). Entre esses nomes podemos citar o atual governador do Rio Grande do Sul (RS), Eduardo Leite, representante do estado que mais produz e exporta tabaco para o Brasil e para o mundo, Marcelo Moraes (PTB), deputado federal, e Luiz Carlos Heinze (Progressistas), senador. Outros nomes de peso aparecem apoiando a indústria e lutando por suas causas ou que passam a ser relações públicas da indústria quando terminam seus mandatos. Entre estes nomes se encontram Cida Borghetti, ex-governadora do Rio Grande do Sul, e Ana Amélia (PP), ex-senadora e atual responsável pela pasta de Relações Federativas e Internacionais do Rio Grande do Sul. Recentemente, o deputado Marcelo Moraes veio a público para atacar a Comissão Nacional de Implementação da CQCT (CONICQ) na tentativa de interferir na posição brasileira junto a COP9, aparentemente sem sucesso (Mathias, 2021a). As empresas queriam que o governo se posicionasse de “forma neutra” sobre os dispositivos eletrônicos de fumar, mas este tema não foi alvo de decisões na COP9 (Mathias, 2021b).

Tabela 6: Lobistas contratados pela indústria para promoção dos DEFs

| Nome | Filiação | Link | Vínculo | Ano |
|------|----------|------|---------|-----|
|------|----------|------|---------|-----|

| | | | | |
|---------------------|---|---|--|------|
| Cássio Cunha Lima | Ex-senador e ex-governador da Paraíba (PSDB); | https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/10/15/philip-morris-consultores-lobby-tcu-jose-mucio-monteiro-cassio-cunha-lima.htm | A Philip Morris contratou o político para atuar em nome da empresa perante a Anvisa; | 2021 |
| Daniela Augusto | Diretora de engajamento do consumidor na agência Llorente y Cuenca | https://theintercept.com/2020/10/19/como-a-industria-do-cigarrinho-esconde-os-perigos-do-vape-para-convencer-voce-a-fumar/ | Sua agência foi contratada pela Philip Morris para cuidar das relações públicas de produtos de risco reduzido; | 2020 |
| José Múcio Monteiro | Ex-ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) e ex-deputado federal pelo PTB | https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/10/15/philip-morris-consultores-lobby-tcu-jose-mucio-monteiro-cassio-cunha-lima.htm | A Philip Morris contratou o político para atuar em nome da empresa perante a Anvisa; | 2021 |

Em outubro de 2021, a Philip Morris Brasil contratou dois políticos profissionais para atuar em nome da empresa perante a ANVISA: o pernambucano José Múcio Monteiro, ex-ministro do governo

Lula e do TCU (Tribunal de Contas da União) e ex-deputado federal pelo PTB, e Cássio Cunha Lima (PSDB), ex-senador e ex-governador da Paraíba (Tabela 6).

A Philip Morris também contratou uma agência de comunicação, marketing e assuntos públicos. A LLYC (antiga Llorente y Cuenca) que é responsável por cuidar das relações públicas de produtos de risco reduzido e passar a imagem de que a empresa é adepta de ações de responsabilidade social corporativa (LLYC, 2019). A LLYC tem diversos conteúdos no seu website sobre o poder da influência das corporações no governo e diz ter uma equipe especializada em lobbying. Segundo a empresa, “o lobby é uma prática intrínseca à democracia” (LLYC, 2019). A profissional Daniela Augusto, Diretora de engajamento do consumidor na LLYC, é responsável pela conta da Philip Morris Brasil (Sudré & Ferreira, 2020).

Tabela 7: Representantes da academia envolvidos na promoção de DEFs

| Nome | Filiação | Link | Vínculo | Ano |
|--------------|---|---|---|------|
| Alice Chasin | Toxicologista da Faculdade Oswaldo Cruz | https://www.gazetadopovo.com.br/viver-bem/saude-e-bem-estar/cigarro-eletronico-pode-reduzir-danos-a-saude-do-fumante/ | “O que me causa um estranhamento é que o discurso de redução de danos existe para o álcool e para drogas ilícitas. Mas para o tabaco, uma das drogas que mais mata no mundo, não há essa política”, diz Chasin. Para a toxicologista, a troca do cigarro | 2017 |

| | | | | |
|--------------------|---|---|--|------|
| | | | convencional por dispositivos que aquecem o tabaco pode reduzir o risco de doenças relacionadas ao fumo. "Não há fumaça, então você reduz a exposição a uma série de substâncias tóxicas presentes no cigarro. Se você consegue eliminar esses compostos a gente vai ter redução de risco", afirmou; | |
| Humberto Bogossian | Pneumologista do Hospital Israelita Albert Einstein | https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2019/11/21/oito-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-o-cigarro-eletronico.htm | "Embora já existam estudos que comprovem, por exemplo, que o uso do cigarro eletrônico tem resultados mais positivos que terapias de reposição de nicotina, ainda há | 2019 |

| | | | | |
|-----------------|-------------------|---|--|------|
| | | | questões que não estão claras. Entre elas, como as várias substâncias em sua composição se comportam quando inaladas e as definições do uso seguro", afirma o pneumologista Humberto Bogossian, do Hospital Israelita Albert Einstein, em São Paulo; | |
| Monica Gorgulho | Psicóloga Clínica | https://noticias.r7.com/saude/cigarr-o-eletronico-e-alternativa-ao-tabagismo-dizem-pesquisadores-21052019 | Segundo a profissional, faltam estudos latino-americanos para gerar evidências científicas em relação ao tabagismo e aos novos produtos lançados no mercado; | 2019 |
| Pedro Farsky | Médico | https://noticias.r7.com | De acordo com | 2019 |

| | | | | |
|--|---------------|---|---|--|
| | Cardiologista | .com/saude/cigarr-o-eletronico-e-alternativa-ao-tabagismo-dizem-pesquisadores-21052019 | <p>dados do Ministério da Saúde, o tabagismo atinge 17% da população, um índice considerado alto pelo médico cardiologista Pedro Farsky. De acordo com o médico, é "necessário pesquisas independentes comprovando riscos, além de legislação para proteger as pessoas" do tabagismo;</p> | |
|--|---------------|---|---|--|

Profissionais das mais diversas áreas da saúde apoiam as causas da indústria e insistem na política de redução de danos, que tem sido uma estratégia utilizada com frequência pela indústria do tabaco (Tabela 7). Alguns desses personagens aparecem na mídia deixando claro sua posição favorável à regulamentação dos DEFs, o que influencia o uso (ou experimentação) dos DEFs. Afinal, os profissionais da área médica são as referências quando se trata de assuntos ligados à saúde.

Dois exemplos de profissionais que aparecem em diversas reportagens dando declarações favoráveis à indústria são eles: Alice Chasin, toxicologista da Faculdade Oswaldo Cruz, e Mônica

Gorgulho, psicóloga clínica. Ambas são ferrenhas defensoras da política de redução de danos e veem o cigarro eletrônico como importante aliado nessa causa (Gazeta do Povo, 2017; R7 notícias, 2019) .

Por outro lado, Humberto Bogossian, pneumologista do Hospital Israelita Albert Einstein, e Pedro Farsky, médico cardiologista, preferem plantar a dúvida, outra estratégia muito comum utilizada pela indústria. Ambos solicitam pesquisas que comprovem os reais danos do cigarro eletrônico, mas acreditam que o mesmo seja menos danoso que o cigarro tradicional (R7 notícias, 2019; VivaBem Uol, 2019) .

Tabela 8: Eventos recentes promovidos ou com participação da indústria fumageira no Brasil (academia ou congressos de saúde)

| Nome do evento | Instituições envolvidas | Evidência envolvimento IT |
|--|---|---|
| Mudança de Hábitos e Redução de Danos à Saúde. 2017 | Philip Morris Folha de São Paulo | Direta. Patrocínio da Philip Morris e divulgação na Folha de São Paulo |
| Toxilatin. 2018 | Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) British American Tobacco (BAT) | Apresentação de Pôster científico para avaliar o potencial de redução de risco dos DEFs |
| Congresso Brasileiro de Cardiologia de 2018 | PMI Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC) | Direta: PMI apresentou Pôster científico e tinha estande de relacionamento |
| Congresso Brasileiro de Cardiologia de 2019 | PMI Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC) | Direta: PMI patrocinou evento e apresentou 2 palestras. |
| Congresso Brasileiro de Toxicologia a Sociedade Brasileira de Toxicologia (SBTox) 2019 | | I Simpósio Internacional sobre Formas Alternativas de Exposição ao Tabaco |
| Seminário Internacional de | Instituto de Pesquisa e Apoio ao | Divulgação pelo site |

| | | |
|---|---|--|
| Políticas de Redução de Danos: história, atualidade e perspectivas. 2019 | Desenvolvimento Social (IPDAS); Faculdade São Leopoldo Mandic | Vaporaqui.net que é patrocinado pela IT |
| Philip Morris promove seminário virtual (webinário). 2020 | PMI | Direta, webinar promovido por eles para discutir as últimas evidências científicas sobre o tabaco e a importância da política de redução de dano para fumantes |
| II Seminário Internacional de Redução de Danos sobre o Tabagismo. 2020 | Faculdade São Leopoldo Mandic, PMI, Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil/SP, Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (Abramd) | Direta. Apoio da Philip Morris Brasil |
| Mesa Latino-Americana no IV Seminário Internacional sobre Redução de Danos do Tabagismo no 4th Scientific Summit– Tobacco Harm Reduction: Novel products, Research & Policy. 2021 | DIRETA e ATS- Acción Técnica Social (Colômbia) | Direta |

Uma outra frente de atuação da IT é o patrocínio de eventos acadêmicos, com o foco no público da área da saúde pública, medicina e tomadores de decisões. Dessa forma, a IT alterna a sua estratégia de campanhas publicitárias e foca em influenciar médicos, sanitaristas e tomadores de decisões que usam evidências científicas para a promoção da saúde, buscando desenvolver pesquisas e ações contra os impactos causados pelo tabagismo. Um exemplo é a Foundation for a Smoke Free World (FSFW)- Fundação para um mundo sem fumaça(tradução livre), que alega ser um órgão científico independente

com o objetivo de "acelerar o fim do tabagismo" (Foundation for a Smoke-free World, 2017) mas, na verdade, é financiada exclusivamente pela Philip Morris International (PMI) (Legg et al., 2019).

Sendo assim, o apoio da fundação pela PMI deve ser reconhecida como uma atividade de "responsabilidade social corporativa" da própria indústria do tabaco (Goldberg et al., 2018). Por exemplo, a FSFW concedeu um recurso para um projeto desenvolvido pela organização Vida News LLC, que teve foco no Brasil, Índia, África do Sul, EUA e México (Foundation for a Smoke-free World, 2021b). O objetivo do projeto era criar um centro de mídia profissional para melhorar a comunicação global sobre redução de danos (Foundation for a Smoke-free World, 2021b). Apesar de a FSFW ter o projeto da Vida News LLC declarado no seu site, o mesmo não acontece no site da Vida News. Entretanto, a organização reconhece a doação da FSFW (Vida News, 2020).

No Brasil, a IT está por trás de diversas atividades acadêmicas, como simpósios, reuniões e palestras que discutem a legalização dos DEFs e o seu uso no tratamento médico da dependência ao cigarro. Em 2017, o evento "Mudança de Hábitos e Redução de Danos à Saúde", foi patrocinado pela Philip Morris International, e aconteceu no auditório do teatro Unibes Cultural, em São Paulo (Folha de São Paulo, 2017b). O evento foi divulgado pelo jornal Folha de São Paulo, discutiu práticas e políticas para reduzir os riscos à saúde de pessoas que não conseguem ou não desejam parar de fumar ou de beber. Sobre o tabaco, um dos principais assuntos debatidos foi a troca do cigarro por DEFs e o seu papel na redução de danos (ACTBR, 2017).

Entre 2017 e 2019, a PMI Science, divisão de pesquisa e desenvolvimento da Philip Morris, sediada na Suíça, foi uma das patrocinadoras do Congresso Brasileiro de Cardiologia, a maior conferência dessa especialidade médica no nosso país (o Joio e o Trigo, 2020). Tanto na edição de 2018 quanto na de 2019, a PMI focou nos benefícios dos DEFs se comparados aos cigarros. Na edição de 2018, a PMI apresentou um pôster científico e também contou com estande de relacionamento e promoveu simpósios satélites (o Joio e o Trigo, 2020). Na edição de 2019, a PMI Science apresentou duas palestras e foi representada pelo médico Reuven Zimlichman, do Instituto de Qualidade em Medicina de Israel (o Joio e o Trigo, 2020).

Da mesma forma, em 2018, a BAT apresentou um pôster científico no 2º ToxiLatin, sediado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e que discutiu a toxicologia moderna voltada para a saúde e prevenção. O trabalho apresentado pela BAT apresentava uma estrutura para avaliar o potencial de redução de risco de produtos de próxima geração, como os DEFs, com foco em estudos clínicos (McEwan et al., 2018). E em 2019, no Congresso Brasileiro de Toxicologia a Sociedade Brasileira de Toxicologia (SBTox) promoveu o I Simpósio Internacional sobre Formas Alternativas de Exposição ao

Tabaco, para divulgar as experiências dos DEFs em países onde a venda é liberada, como Inglaterra e o Japão (o Joio e o Trigo, 2020).

Em 2019, a Philip Morris apoiou o "Seminário Internacional de Políticas de Redução de Danos: história, atualidade e perspectivas," desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa e Apoio ao Desenvolvimento Social (IPDAS) e sediado na Faculdade São Leopoldo Mandic em Campinas, São Paulo. O evento foi aberto ao público e reuniu estudantes e profissionais da área da saúde para discutir regulamentação sobre as drogas no Brasil, incluindo a regulamentação dos DEFs (IPADS, 2019).

Em novembro de 2020, com o apoio da Philip Morris International e da Abramd (Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas), aconteceu o II Seminário Internacional de Redução de Danos sobre o Tabagismo (Vaporaqui, 2020). O evento, promovido pela Faculdade São Leopoldo Mandic em Campinas, São Paulo, foi *online*, e tinha como público-alvo profissionais da área da saúde, assim como jornalistas, consumidores de produtos derivados de tabaco e juristas. Dentre os assuntos discutidos, houve um painel para discutir as experiências médicas como agentes colaboradores na definição de práticas de redução de danos para tabaco e outro para discutir os aspectos legais na regulamentação de práticas de redução de danos para tabaco (Vaporaqui, 2020).

Também em 2020, a PMI promoveu um seminário online para discutir as evidências científicas sobre o tabaco e a importância da redução de danos para fumantes. O evento foi divulgado no jornal Folha de São Paulo e o público-alvo eram jornalistas (Folha de São Paulo, 2020b). E em novembro de 2020, o II Seminário Internacional sobre Tabaco e Redução de Danos, abordou temas como políticas públicas de controle ao tabagismo, a legislação brasileira sobre DEFs e como são alternativas viáveis para os cigarros convencionais. O evento foi promovido pelo portal Vapor Aqui, IPADS (Instituto de Pesquisa e Apoio ao Desenvolvimento Social), Faculdade São Leopoldo Mandic e o Centro de Convivência É de Lei, com apoio da Philip Morris Brasil e da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil/SP. Foram dois dias de evento, com palestrantes nacionais e internacionais, e onde além de ouvir palestras, os usuários DEFs também puderam abordar suas vivências com relação ao uso dos produtos. O evento foi divulgado na Folha de São Paulo, na seção de conteúdo patrocinado, assim como no site do grupo de fachada da IT vaporaqui.net (Folha de São Paulo, 2020a; Vaporaqui, 2020).

Em 2021, o grupo de fachada da IT DIRETA organizou uma mesa de discussão sobre redução de danos do tabagismo no 4th Scientific Summit – Tobacco Harm Reduction: Novel products, Research & Policy, na Grécia (DIREITA, 2021). A mesa foi coordenada por Mônica Gorgulho, que faz parte do conselho consultivo da DIRETA, e contou com a participação de Alexandre Lucian, jornalista especializado em Redução dos Danos do Tabaco e Presidente da Direta (Brasil) (DIREITA, 2021).

Com tantos exemplos, o que se consegue ver é que a área médica e acadêmica, através de determinados profissionais, acabam sendo usados como aliados da indústria na sua jornada pela regulamentação dos DEFs no Brasil. Embasando teorias e se utilizando de estudos parciais, esses profissionais oferecem uma atraente chancela para que novos consumidores acreditem realmente estarem optando por um produto menos danoso que o cigarro tradicional ou até mesmo um produto inocente para a saúde da população (Tabela 8).

Tabela 9: Representantes da mídia envolvidos na promoção dos DEFs

| Nome | Filiação | Link | Vínculo | Ano |
|-------------------------|--|---|---|------|
| André Luís Jungblut | Presidente da Gazeta Grupo de Comunicações | | Jornal favorável à indústria; | 2021 |
| Asuir João Silberschlag | Sócio da Folha do Mate | https://folhadomate.com/quem-somos/ | Jornal favorável à indústria; | 2021 |
| Fausto Macedo | Colunista político do Estadão | https://politica.estadao.com.br/blog/s/fausto-macedo/o-futuro-e-sem-famac/ | Fausto Macedo cedeu espaço em sua coluna para Fernando Vieira, diretor de Assuntos Externos da Philip Morris Brasil, publicar um artigo em defesa do tabaco aquecido; | 2019 |
| Guilherme Siebeneichler | Sócio e jornalista do Olá Jornal | http://olajornal.com.br/author/guilhermesieb/ | Jornal favorável à indústria; | 2021 |

| | | | | |
|-----------------------------|---|---|---|------|
| Janine Niedermeyer | Sócio e jornalista do Olá Jornal; | http://olajornal.com.br/author/janine/ | Jornal favorável à indústria; | 2021 |
| Mariana Niederauer | Jornalista do Correio Braziliense | https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/08/06/interna-brasil,775_815/anvisa-promove-primeiro-debate-publico-sobre-cigarros-eletronicos.shtml | Viajou a Londres a convite da British American Tobacco (BAT) com o objetivo de escrever uma matéria falando de forma positiva sobre a liberação dos DEFs; | 2019 |
| Pedro Garcia | Jornalista que viajou à capital federal a convite da Souza Cruz - Gazeta do Sul | https://www.gaz.com.br/a-gazeta-esteve-la-na-audincia-da-anvisa-no-riol/ | Escreve matérias favoráveis à indústria; | 2021 |
| Ricardo Mateus Silberschlag | Sócio da Folha do Mate | https://folhadomate.com/quem-somos/ | Jornal favorável à indústria; | 2021 |
| Sérgio Luiz Klafke | Sócio da Folha do Mate | https://folhadomate.com/quem-somos/ | Jornal favorável à indústria; | 2021 |

A mídia, seja tradicional ou digital, é outro setor onde a indústria usa profissionais para disseminar a sua causa e defender os seus objetivos. Com matérias parciais, que se utilizam de estudos infundados, além de dar voz a personagens atuantes na indústria, esses jornalistas e formadores de

opinião, são de extremo valor para disseminar uma imagem equivocada do uso de DEFs entre a população (Tabela 9).

Entre as estratégias da indústria estão as conhecidas-“matérias pagas”, aquelas em que somente no final da matéria, em letras bem miúdas, surge um asterisco deixando claro que aquele conteúdo não é isento de opinião. Grandes empresas do setor como PMI, JTI e BAT, se utilizam dessa tática. Um exemplo disso é o que ocorreu no Estadão, um dos jornais mais conceituados do Brasil, onde Fausto Macedo, colunista do periódico, cedeu espaço em sua coluna para Fernando Vieira, diretor de Assuntos Externos da Philip Morris Brasil, publicar um artigo em defesa do tabaco aquecido (Macedo, 2019).

Outro vínculo claro entre jornalistas e a indústria é a famosa troca de favores. Enquanto a indústria financia viagens para os profissionais da imprensa, cabe a eles falar bem dos produtos da mesma e escrever matérias parciais sobre como a indústria influí positivamente na sociedade e como suas ações de responsabilidade social corporativa têm feito efeito na população. Dois exemplos claros disso podem ser vistos em matérias dos jornalistas Mariana Niederauer, do Correio Braziliense, e Pedro Garcia, da Gazeta do Sul. Enquanto Mariana teve uma viagem para Londres financiada pela BAT Brasil (Niederauer, 2019), Pedro teve uma viagem para Brasília bancada pela antiga Souza Cruz, que agora faz parte da BAT Brasil (Garcia, 2020). Em ambas as matérias, há um asterisco no final onde essa informação é passada, com letras bem pequenas e próxima de conteúdos publicitários.

Além desses casos disseminados na imprensa brasileira, há jornais que manifestam sua posição favorável à indústria e deixam claro sua relação de parceria e cooperatividade. São os casos do Olá Jornal, de Janine Niedermeyer e Guilherme Siebeneichler, Folha do Mate, de Asuir João Silberschlag, Sérgio Luiz Klafke e Ricardo Mateus Silberschlag, além da já citada Gazeta do Sul, de propriedade de André Luís Jungblut.

Com toda essa rede de apoio e troca de favores, a indústria se fortalece perante a população (especialmente em regiões fumicultoras) e procura passar uma imagem de preocupação com o bem-estar social. Quem contribui com a indústria se mostra sempre bem articulado e procurando passar uma imagem de sobriedade. Com isso, conseguem passar uma mensagem de que estão em busca de mudanças e de atender às demandas do consumidor, o que não representa a verdade e o que mascara os atos ilícitos que cometem.

Tabela 10: Influenciadores das redes sociais envolvidos na promoção dos DEFs

| Nome | Filiação | Link | Vínculo | Ano |
|------|----------|------|---------|-----|
|------|----------|------|---------|-----|

| | | | | |
|------------------------------|---|---|---|------|
| Alexandro “Hazard” Lucian | Publicitário, empresário e criador do projeto Vapor Aqui | https://www.vaporaqui.net/ | Propaganda, revisão de produtos, entrevistas com profissionais da área médica e legisladores, divulgação de artigos acadêmicos favoráveis à indústria e propagação de estilo de vida atrelado aos DEFs | 2021 |
| Filipe Collioni | Influenciador (O Poderoso Vapor) | https://twitter.com/filipecollioni https://www.instagram.com/opoderosovapor/?hl=pt https://www.instagram.com/opoderosovapor/?hl=pt | Propaganda, revisão de produtos, entrevistas com profissionais da área médica e legisladores, divulgação de artigos acadêmicos favoráveis à indústria e propagação de estilo de vida atrelado aos DEFs; | 2021 |

| | | | | |
|--------------------|--|---|---|------|
| Guilherme Sardinha | Influenciador e Youtuber (Smoke Vapor) | https://www.youtube.com/smokevapor https://www.instagram.com/smokevaporoficial/ | Propaganda, revisão de produtos, entrevistas com profissionais da área médica e legisladores, divulgação de artigos acadêmicos favoráveis à indústria e propagação de estilo de vida atrelado aos DEFs; | 2021 |
| Luís Otávio | Influenciador do Vapers Brazil | https://twitter.com/vapersbrazil https://www.facebook.com/vapersbrazil/ https://www.youtube.com/channel/UCASQ80aBk8Z7A_A_lZumL_Uw | Propaganda, revisão de produtos, entrevistas com profissionais da área médica e legisladores, divulgação de artigos acadêmicos favoráveis à indústria e propagação de estilo de vida atrelado aos DEFs | 2021 |

| | | | | |
|---|-----------------------------|---|--|------|
| MC Menor (Hualter Silva Santos) | Influenciador e Funkeiro | https://www.instagram.com/mcmenormr/ | Propaganda, revisão de produtos, entrevistas com profissionais da área médica e legisladores, divulgação de artigos acadêmicos favoráveis à indústria e propagação de estilo de vida atrelado aos DEFs | 2021 |
| MC Jottapê (João Pedro Correia de Carvalho) | Influenciador e Funkeiro | https://www.instagram.com/jottape/ | Propaganda, revisão de produtos, entrevistas com profissionais da área médica e legisladores, divulgação de artigos acadêmicos favoráveis à indústria e propagação de estilo de vida atrelado aos DEFs | 2021 |

| | | | | |
|------------------|--|---|--|------|
| Marcelo Fraresso | Influenciador e Youtuber (Zona do Vapor) | https://www.youtube.com/channel/UCsF62wfb5h_R1gQxqTp1y2A | Propaganda, revisão de produtos, entrevistas com profissionais da área médica e legisladores, divulgação de artigos acadêmicos favoráveis à indústria e propagação de estilo de vida atrelado aos DEFs | 2021 |
| Miguel Okumura | Influenciador e Podcaster (VaporCast) | https://vaporacast.com/author/miguel/ | Propaganda, revisão de produtos, entrevistas com profissionais da área médica e legisladores, divulgação de artigos acadêmicos favoráveis à indústria e propagação de estilo de vida atrelado aos DEFs | 2021 |

Com grande número de seguidores e um público cativo, principalmente entre os jovens, os influenciadores digitais são outra aposta da indústria para propagar a utilização dos DEFs (Tabela 10). Vendidos como um estilo de vida moderno, com estilo e rebelde, esse método repete o já utilizado no passado com os cigarros tradicionais. Agora, ao invés de estrelas de Hollywood, o principal foco são os influenciadores digitais.

Por atingirem muitas pessoas de uma vez só e por dialogarem muito bem com o público jovem, principal alvo da indústria fumageira, os influenciadores são escolhas extremamente acertadas para divulgação dos DEFs no país. Enquanto em outros países do mundo, principalmente onde a regulação dos dispositivos é menos exigente, essa tática já vem sendo utilizada há alguns anos, no Brasil ela é um pouco mais recente (Sudré, 2020). Apesar disso, já existem influenciadores com grande alcance propagando os DEFs e vendendo a ideia de que é um produto moderno e menos danoso à população.

Como exemplo, podemos citar os youtubers Alexandre “Hazard” Lucian e Luís Otávio, respectivamente com 17 mil inscritos e 60 mil inscritos em seus canais no YouTube. Ambos, em seus canais, falam sobre a utilização dos DEFs, fazem “revisões” de produtos, divulgam informações “dúbias” sobre a utilização dos mesmos, fazem entrevistas com pessoas da área médica que apoiam a utilização dos cigarros eletrônicos e *vapers* como forma de redução de danos e que promovem as causas da indústria (BAT Brasil, 2021).

Outra categoria de *influencers* que têm sido utilizados como divulgadores dos DEFs no Brasil são os *instagramers*. Dois deles chamam atenção pelo grande número de seguidores e pelas diversas postagens utilizando DEFs e falando dos mesmos em suas páginas no Instagram. Eles são os funkeiros MC “De Menor” e o MC “JottaPê”, com respectivamente 5,2 milhões de seguidores e 6,4 milhões de seguidores no Instagram. Com um público majoritariamente jovem, ambos dialogam diretamente com o principal público da indústria do tabaco.

Os *podcasters* também não podem faltar nessa categoria de influenciadores digitais. Nessa categoria se destaca o influenciador Miguel Okomura, que é o apresentador do podcast VaporCast. Entre os temas que Miguel aborda, por exemplo, está “Toxicologia e o Vapor”, onde ele entrevista o mestre em toxicologia e doutorando em Biologia Molecular e Celular pela Universidade de Paris, Luiz Ribeiro (OKUMURA, 2021).

Outros dois Youtubers que também podem destacar, com mais de 200 mil inscritos em seus canais, são Marcelo Fraresso e Guilherme Sardinha, donos dos canais Zona do Vapor e Smoke Vapor respectivamente. Enquanto Sardinha foca nos revisões dos mais diversificados DEFs, Fraresso chega a fazer um comparativo de como fica o pulmão de uma pessoa que usa o cigarro tradicional e como fica o

de alguém que utiliza os DEFs. Tudo isso com um linguajar jovial e com um humor que cativa o público mais jovem.

Com todos esses exemplos, podemos perceber que milhares de jovens vêm sendo atingidos por esse tipo de conteúdo voltado para divulgação dos DEFs. Sem nenhum embasamento teórico e sem isenção de opinião, o conteúdo propagado é extremamente danoso quando pensamos em como os jovens irão enxergar os DEFs. As redes sociais, hoje em dia, são as principais fontes de informação do público jovem e a falta de responsabilidade com o conteúdo postado é recorrente nas redes. Sendo assim, é evidente que esta é uma fonte de fundamental importância para exploração da indústria e divulgação dos seus produtos.

Discussão:

Argumentos da indústria fumageira na promoção de DEFs

A Indústria do Tabaco (IT) utiliza de diversos argumentos para ir em busca da liberação dos dispositivos eletrônicos de fumar (DEFs). Para isso, fica claro que eles se baseiam em cinco vertentes e áreas de atuação: econômica, social, midiática (ambas mídias regulares e sociais), agricultura (no ambiente rural onde ocorre o cultivo do tabaco) e saúde. Em todas essas frentes, a IT procura fincar os seus tentáculos e convencer a sociedade de que a substituição dos cigarros tradicionais pelos DEFs seria benéfica para a população como um todo. Sendo assim, discorreremos sobre os argumentos utilizados por eles em cada uma dessas áreas específicas.

Na economia, o principal argumento apresentado pela indústria é que o consumo de tabaco pela população é um mercado que já existe, que há demanda por seus produtos e que a regulamentação dos DEFs viria como importante fonte de arrecadação de impostos. Segundo apontam as empresas do setor fumageiro, nada tira dinheiro da indústria legal de tabaco como a indústria ilegal de tabaco (Prado, 2021). Por exemplo, o executivo Jorge Irribarra, presidente da BAT Brasil, afirma que o Estado sofre ao deixar de coletar cerca de R\$11 bilhões anuais em impostos (Prado, 2021). A aposta da IT é a de que produtos eletrônicos reduziriam o consumo de produtos de tabaco regulares, mas ela não leva em consideração o custo dos produtos eletrônicos, o uso dual de cigarros regulares-dispositivos eletrônicos e o comércio ilícito dos próprios produtos eletrônicos (Bertoni & Szklo, 2021).

Outro argumento utilizado pela IT na área de economia se trata dos gastos utilizados no tratamento de pacientes com problemas decorrentes do uso contínuo do cigarro tradicional. As

empresas do setor fumageiro se baseiam em um estudo da Universidade King's College de Londres, que sugere que o cigarro eletrônico é 95% menos danoso que o cigarro tradicional (MCNEILL E HAJEK, 2015). Com esses dados, a IT acredita que milhões seriam economizados no tratamento de doentes e que muitos outros pacientes deixariam de existir devido à possibilidade de cessação que os DEFs proporcionam a quem opta pela utilização deles em decorrência do cigarro tradicional (Bernardo, 2021).

A questão do contrabando também é constantemente abordada quando se trata dos danos causados à economia pela não regulamentação dos DEFs. A indústria argumenta que a regulamentação DEFs seria uma medida forte na resposta ao contrabando, tanto de cigarros eletrônicos quanto dos cigarros tradicionais (Olá Jornal, 2020). Segundo a IT, a não possibilidade do consumidor adquirir produtos de forma legal os levam a buscar produtos irregulares e que, por consequência, são de baixa qualidade (GAZETA DO POVO, 2019). Para a indústria, a proibição dos DEFs não impede o consumidor de adquiri-los, pois são facilmente encontrados via internet, mercados populares e advindos de viagens ao exterior (Jansen, 2015).

Quando tratamos da vertente social dos argumentos da indústria, a principal alegação é que a utilização ou não dos DEFs deve ser uma escolha pessoal e particular de cada cidadão. Os direitos individuais são abordados como uma forma de dizer que cada cidadão deve ter a liberdade de optar pelo que é de sua vontade. Nesse caso, a indústria usa argumentos comuns e favoráveis à liberação de qualquer tipo de droga ou produto que seja proibido. Na questão dos DEFs, essa alegação é ainda mais forte, pois segundo a IT, o consumidor estaria trocando um produto mais danoso (cigarro tradicional) por um menos danoso (DEFs) (Conte, 2014). A indústria estaria, portanto, somente dando uma opção alternativa e menos destrutiva que a opção já disponibilizada no mercado.

Outra questão abordada quando se trata da questão social vinculada aos DEFs, é que a produção dos mesmos seria uma nova forma de gerar empregos no país. Com a regulamentação DEFs, novas fábricas seriam abertas, novas vagas de emprego surgiriam e muitas vidas seriam beneficiadas com essa mudança (Toledo, 2021). Seria, portanto, um novo mercado que estaria se abrindo e uma nova área para empregar os milhões de desempregados que existem no Brasil na atualidade (Collucci, 2021).

A questão da poluição e do fumante passivo também é outra questão abordada pela indústria para colocar os DEFs como uma alternativa mais socialmente aceitável. Para embasar a tese de que os DEFs são menos poluentes e menos perigosos para o fumante passivo, eles utilizam um estudo da 264 páginas da Public Health England sobre as evidências disponíveis sobre riscos do vapor, que concluiu que “até o momento não foram identificados riscos à saúde de vapor passivo para terceiros” (Gov.uk, 2018). Esse estudo tentou “estimar exposições potenciais a partir de aerossóis produzidos por cigarros

eletrônicos e comparar essas exposições potenciais a padrões de exposição ocupacional," e concluiu que "exposições de terceiros tendem a ser ordens de magnitude menor e assim, não parece haver preocupação aparente"(Gov.uk, 2018) .

O terceiro argumento que é utilizado pela indústria é a questão da agricultura. Segundo o relatório de 2019 da Banco Mundial, o Brasil é o segundo maior produtor de fumo do mundo, atrás apenas da China e seguido da Índia, e mantém-se, há alguns anos, na posição de maior exportador mundial de tabaco em folha (World Bank, 2019). Dados apontam que a região Sul do Brasil é responsável por 98% da produção nacional total de fumo, sendo o Estado do Rio Grande do Sul (RS) o maior produtor e estimativas indicam haver no sul do país cerca de cento e cinquenta mil famílias de fumicultores, e cerca de 200 mil famílias no total no país (Notícias Agrícolas, 2018).

Segundo a IT, a cadeia produtiva do fumo promove importante geração de renda, favorece a arrecadação de impostos, além de oportunizar empregos (Castro & Monteiro, 2015). A rentabilidade do cultivo do tabaco, segundo a indústria, o torna uma ótima opção para o plantio em pequenas propriedades, sendo os plantadores de tabaco do sul do Brasil totalmente dependentes de tal atividade para sua sobrevivência (Castro & Monteiro, 2015).

Utilizando esses dados como argumento, a indústria prega a sobrevivência da fumicultura e vê os DEFs como fortes aliados nessa jornada. Dois membros de organizações de trabalhadores da área do tabaco deram depoimento falando sobre o que pensam dos DEFs como forma de manter a fumicultura viva: "Sem dúvida, aprovamos. Entendemos que a existência de produtos alternativos ao cigarro convencional, desde que contenham tabaco na composição, é positiva. Isso nos dá uma garantia, pois deixa evidenciado que a produção do tabaco terá vida longa", disse Benício Werner, presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra)(Garcia, 2017). Essa declaração de Werner mostra o oportunismo da IT, que ao invés de promover os produtos eletrônicos de liberação de nicotina, passaram a pregar também a disseminação dos produtos de tabaco aquecido. "É difícil fazer qualquer tipo de projeção sobre esses produtos, pois depende de regulamentação, do preço e inclusive de como os antitabagistas vão reagir. Mas certamente esse é um dos caminhos que vamos trilhar, embora ainda não se saiba com que velocidade", Iro Schünke, presidente do Sindicato da Indústria do Tabaco (Sinditabaco) (Garcia, 2017).

Outro argumento utilizado por grupos de ativistas favoráveis aos DEFs para defender a regulação dos DEFs quando se fala em agricultura é a poluição gerada pelo cigarro tradicional. Quando as pontas são descartadas, mais de 600 produtos químicos são vazados no meio ambiente. As pontas de cigarro são essencialmente não biodegradáveis e, portanto, vaporizar em vez de fumar, poderia impedir a

circulação de mais pontas no meio ambiente (Blog do Vapor, 2019). Ao longo da vida, um fumante médio descartará cerca de 430.700 pontas (Blog do Vapor, 2019). Também se sabe que para cada quinze maços de cigarro, uma árvore é cortada e que um fumante médio destrói seis árvores por ano e 352 árvores ao longo da vida devido à sua dependência (Blog do Vapor, 2019). Por fim, é sabido que a indústria libera 22 milhões de toneladas de CO₂ na atmosfera e existem 5,5 trilhões de cigarros produzidos anualmente (Blog do Vapor, 2019).

A mídia é outra forma de disseminar os argumentos da indústria para a população. O principal vetor são os jornalistas, que são instruídos a divulgar estudos favoráveis à indústria e mostrar como funcionam os dispositivos eletrônicos de fumar. A imagem que é passada é de que se trata de um produto inocente, sem grandes malefícios para quem opta por eles. Desde a divulgação de que é um produto que não deixa cheiro, passando por ser um produto que não incomoda as pessoas ao redor e chegando à conclusão de que é um produto livre de perigo, principalmente para os fumantes passivos (Gov.uk, 2018). O objetivo é, portanto, desmistificar o consumo de fumo, passando do cigarro tradicional, já malvisto na sociedade e com os seus riscos bastante divulgados, para o cigarro eletrônico, moderno e, segundo a IT, muito menos danoso ao fumante e ao público que se encontra ao redor (Sudré & Ferreira, 2020).

A utilização de empresas de relações públicas é outra forma de usar a mídia para embutir na mente da sociedade argumentos favoráveis à indústria. Em linhas gerais, o profissional de relações públicas, popularmente conhecidos como “RP”, tem como principal função construir, divulgar e preservar a boa imagem das principais empresas que compõem a indústria fumageira, perante o público interno ou externo. Eles basicamente divulgam os DEFs, com a estratégia de que são produtos de risco reduzido, colocam nos principais veículos de comunicação campanhas de responsabilidade social corporativa, buscando passar uma imagem de que as empresas são preocupadas com os rumos que o mundo irá tomar, e também procuram expor estudos que beneficiem à indústria, assim como tornar de conhecimento público toda ação da indústria visando a regulamentação de seus produtos, o que gera aderência de boa parte da comunidade de adeptos dos dispositivos eletrônicos de fumar (Sudré & Ferreira, 2020).

A área de saúde é outra que não fica de fora quando se trata de disseminar os argumentos da indústria e ir em busca de validação para utilização de seus produtos. A principal estratégia se baseia no conceito de redução de danos, muito utilizado quando se fala de outras drogas como a cocaína, heroína, etc. A indústria procura desmerecer os métodos já vigentes na sociedade e diz não serem efetivos quando se trata da cessação do fumo (Gazeta do Povo, 2019). Adesivos de nicotina, terapias, atividades

físicas, tudo isso é, segundo a indústria, ineficaz para boa parte dos casos de vício em cigarro (Gazeta do Povo, 2019). Com isso, eles buscam apresentar um produto que aos poucos vai tirando a vontade do fumante de fumar o cigarro tradicional, sem sofrimento e de forma eficaz, que são os DEFs (Eufrásio, 2020).

Para finalizar, podemos citar outra estratégia muito comum e já utilizada por décadas quando se trata da IT, que é a disseminação de que há incertezas científicas quando se trata dos DEFs. O principal vetor de disseminação dessas teorias são profissionais da área médica, que dizem que não há estudos suficientes para comprovar que os DEFs são perigosos para saúde e para sociedade como um todo (ISTOÉ, 2019). Esses profissionais pedem mais estudos para poderem dar uma opinião mais embasada e com isso plantam uma dúvida junto ao consumidor. Se não há evidências contrárias ao uso de dispositivos eletrônicos de fumar, o consumidor automaticamente passa a acreditar que mal não deve fazer ou que pelo menos não os afetará tanto como o cigarro tradicional, esses sim com os malefícios já mais do que sabidos e divulgados.

O que se pode enxergar depois de toda essa explanação é que a IT não poupa esforços para disseminar argumentos que validem a regulamentação de seus produtos, substituindo na prática as estratégias veladas de promoção de seus produtos, que antes a saúde pública identificava como “uma nuvem de fumaça”, pelo que hoje ela identifica como uma “nuvem de vapor”. Seja o viés que for ou a técnica utilizada, a indústria se entraña nas mais diversas searas da nossa sociedade. Com muitos investimentos e atuando em muitas frentes, a IT trava uma dura batalha para conseguir atingir os seus objetivos, que são manter sua força econômica nos dias atuais. Se o cigarro tradicional já não tem mais o mesmo impacto que já teve anteriormente, principalmente entre as novas gerações, cabe à IT apresentarem algo mais aderente, moderno, com forte apelo tecnológico e que conquiste essa nova safra de consumidores. E a forma que a IT encontrou foi a introdução dos DEFs na sua cartela de produtos. Um produto de fácil utilização, de aparência inocente, moderno e vinculado a um estilo de vida saudável e feliz.

Quadro resumo dos argumentos da indústria fumageira na promoção de DEFs pode ser encontrado na Figura 1.

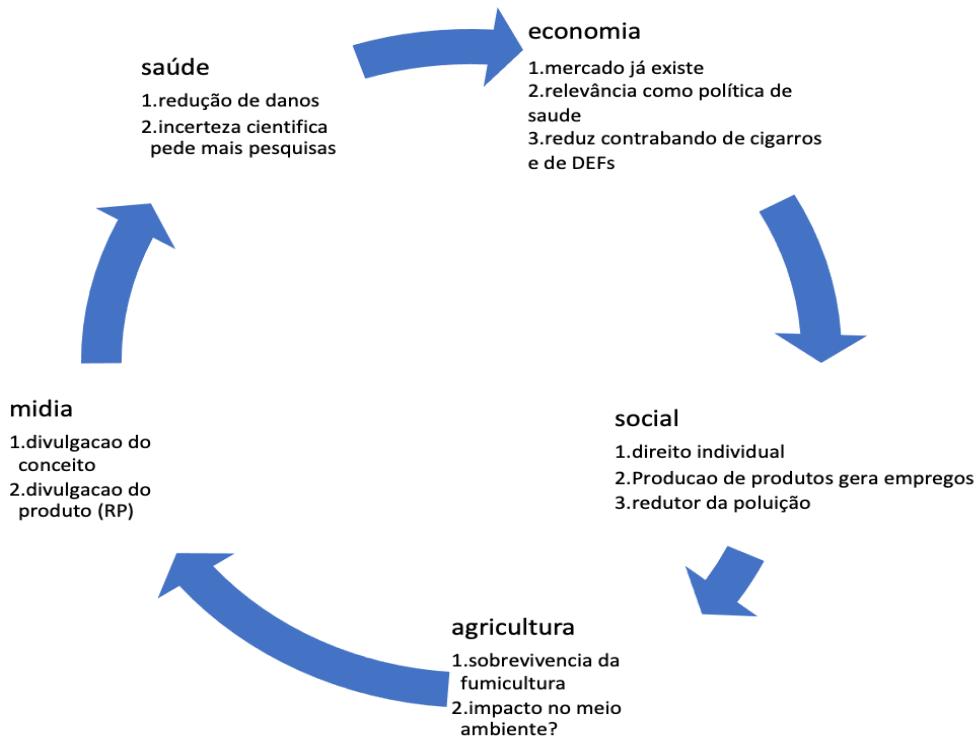


Figura 1: Argumentos da indústria fumageira na promoção de DEFs

Estratégia da indústria na promoção de DEFs

As estratégias da indústria também seguem o mesmo caminho dos argumentos e focam em cinco vertentes principais: econômica, social, midiática (ambas mídias regulares e sociais), agricultura (no ambiente rural onde ocorre o cultivo do tabaco) e saúde. Levando em conta os argumentos da indústria para defender cada um dos seus pontos em cada um desses setores, discutimos como a indústria fumageira (IT) atua e apresentamos as principais táticas da IT e como ela age em prol da regulamentação dos DEFs.

A vertente da economia, é a forma mais aberta e declarada de atuar da IT. A estratégia principal é colocar profissionais de alto escalão das principais empresas para serem as “caras” das mesmas na mídia, passando assim uma imagem de credibilidade e de compromisso com a verdade. Profissionais como presidentes, diretores, CEOs, dentre outros, aparecem dando declarações enfáticas sobre a não regulamentação dos DEFs e sobre o que acreditam que a sociedade está perdendo com tal medida. Eles

procuram sempre passar uma imagem de pessoas sérias, imbuídas em construir um mundo melhor e preocupadas com a população em geral e, principalmente, com os trabalhadores da indústria.

Na área econômica, a IT também adota a estratégia de contratar ex-políticos atuantes para falar em nome da empresa e lutar pelos seus interesses (Militão & Neves, 2021). Esses personagens têm um peso muito relevante para a indústria, pois eles conhecem como funciona o processo político e quais são as formas de pressão efetivas na luta pela regulamentação dos DEFs. Com isso, o lobby é feito de maneira mais direcionada, sincronizada com as oportunidades que se apresentam e de maneira velada. Há, portanto, uma busca por convencimento nos bastidores de que a regulamentação dos DEFs trará benefícios para sociedade e uma troca de favores não verbalizada.

Na vertente de representatividade corporativa, os representantes das indústrias e dos trabalhadores da IT, que são muito atuantes quando se fala em representatividade, lutas pela classe e interesses da indústria. Representantes do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SindiTabaco), da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Afins (Fentifumo) e da Associação Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo), estão sempre dando declarações na mídia, principalmente em jornais que apoiam a IT como o Olá Jornal, A Folha do Mate e a Gazeta do Sul. Eles também atuam fazendo pressão política, defendendo a IT em audiências públicas e praticando lobby com políticos e legisladores (SINDITABACO, 2016).

Outra estratégia clara da IT na vertente social é a conscientização da sociedade de que a regulamentação dos DEFs será benéfica para todos e que temas considerados "tabus" devem ser discutidos abertamente para que a população decida o que é melhor para a maioria. Um desses exemplos é a campanha institucional "Precisamos Falar", lançada pela Philip Morris Brasil, que tinha por objetivo informar e fomentar na sociedade o debate sobre alternativas aos adultos que continuam fumando (PMI, 2019). Na campanha, a companhia reforça que parar de fumar é a melhor opção, a única sem risco, mas ao mesmo tempo, chama a atenção para o fato de que os adultos brasileiros que continuam fumando não possuem a possibilidade de escolher opções menos prejudiciais à saúde (Sudré & Ferreira, 2020).

A vertente da agricultura também é explorada pela IT quando se trata de suas estratégicas. Dentre suas táticas, está a participação atuante de representantes de plantadores de fumo tanto na mídia tradicional quanto digital, em audiências públicas e debatendo com políticos e legisladores (OLÁ, 2019). Nesse setor, podemos citar os representantes da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra). Dois exemplos de personagens dessa associação bastante atuantes são o diretor-secretário Romeu Schneider e o presidente Benício Werner.

Na área de agricultura há também a utilização de políticos de regiões fumicultoras para atuar em prol da indústria como estratégia para lutar pela regulamentação dos DEFs (Mathias, 2021a). Vozes ativas na câmara, esses políticos estão sempre bradando palavras de apoio à indústria e levantando questões pertinentes aos interesses da IT. Dois exemplos que podemos citar são Marcelo Moraes, deputado federal pelo Rio Grande do Sul (PTB), e Luis Carlos Heinze, Senador (Progressistas) (Mathias, 2021a).

A mídia é um viés muito explorado pela indústria fumageira quando se trata de disseminar a ideia de que os DEFs são a melhor alternativa para redução de danos e um substituto adequado para aqueles que queiram parar de fumar. Para que essa estratégia funcione, a IT conta com o apoio de jornalistas de grandes veículos de comunicação, que são treinados para falar de forma favorável à indústria (Sudré, 2020). Como contraponto, esses jornalistas ganham viagens nacionais e internacionais financiadas por empresas do setor fumageiro (Niederauer, 2019). De forma resumida, há uma troca de favores entre jornalistas e representantes da indústria e isto pode influenciar de maneira enviesada a matéria publicada referente ao tema.

Na mídia social também há a atuação relevante de influencers com milhares de seguidores e que falam diretamente com o público-alvo da indústria, os jovens. Esses personagens costumam fazer revisões de produtos, discutir temas pertinentes a regulamentação dos cigarros eletrônicos, debater com profissionais da área de saúde, falar do cenário internacional e de estudos para embasar uma possível liberação dos DEFs no Brasil e enfatizar os supostos “benefícios” dos dispositivos eletrônicos de fumar.

Para finalizar, citaremos a área de saúde, uma vertente muito relevante no debate sobre a regulamentação dos DEFs e que ao mesmo tempo pode ser muito perigosa quando utilizada de maneira enviesada. Por serem vozes ativas e terem o poder de validar determinados comportamentos na sociedade, os profissionais da área de saúde são de fundamental importância para a indústria. Seja para falar positivamente dos DEFs ou para levantar dúvidas quanto à não regulamentação dos mesmos, esses profissionais podem ser um importante definidor na opção do consumidor optar ou não por fazer pressão para utilizar estes produtos.

A importância dos profissionais de saúde é tão clara que muitas empresas do setor fumageiro como a BAT Brasil e a Philip Morris Brasil recentemente resolveram contratar profissionais da categoria para o seu quadro de funcionários (Sena, 2021). O objetivo é que esses funcionários façam a interface com o setor fumageiro e sejam os porta-vozes de pesquisas científicas realizadas ou promovidas pela indústria do tabaco, além de buscarem dar credibilidade à indústria e facilitar o contato com seus pares.

Além disto, estes mesmos profissionais publicam pesquisas financiadas ou patrocinadas IT, sem declarar conflitos de interesse, gerando ambiguidade no meio acadêmico (University of Bath, 2021a).

Por fim, na área de saúde, temos o patrocínio da IT de eventos acadêmicos como o Fórum de Mudança de Hábitos e Redução de Danos à Saúde, em 2017, e o Congresso Brasileiro de Cardiologia de 2019 (Folha de São Paulo, 2017a; o Joio e o Trigo, 2020). Nesses eventos, empresas ligadas à indústria fazem palestras enaltecedo o uso do tabaco aquecido para um dos congressos brasileiros mais concorridos da área médica (o Joio e o Trigo, 2020).

Como podemos perceber, as estratégias da indústria são inúmeras e disseminadas nos mais diferentes setores da nossa sociedade. Ao saber disso, cabe combatermos essas estratégias e buscarmos tornar o debate mais justo e correto. Enquanto a IT tiver carta livre para atuar, a regulamentação dos DEFs será uma nuvem negra que paira sobre nossa sociedade.

Quadro resumo das estratégias da indústria fumageira na promoção de DEFs pode ser encontrado na Figura 2.

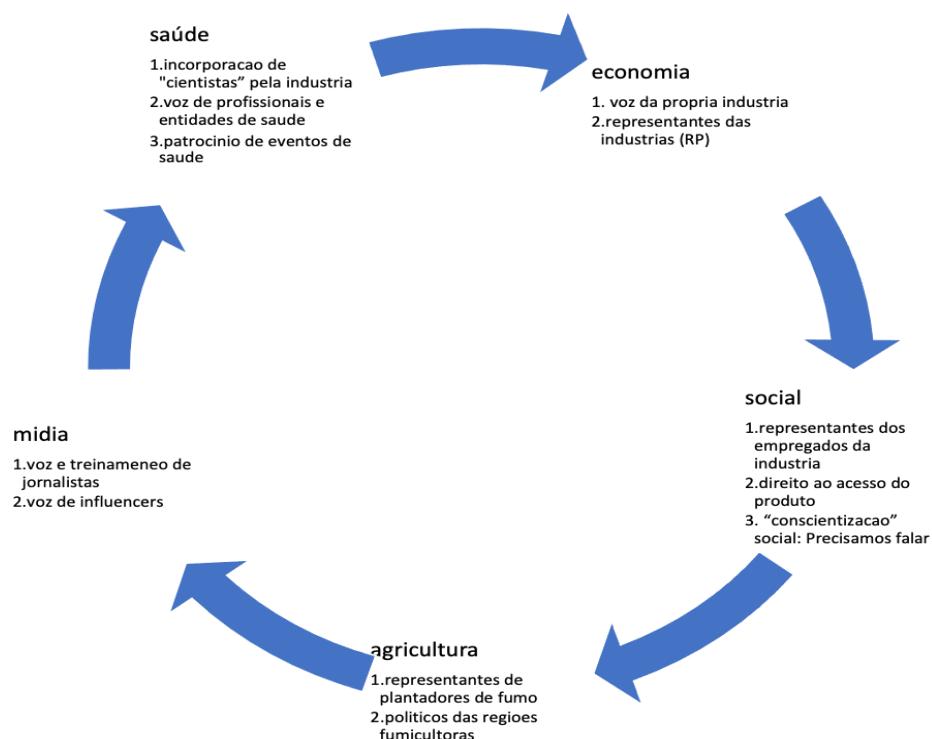


Figura 2: Estratégias da indústria fumageira na promoção de DEFs

Respostas propostas para contrapor a indústria fumageira na promoção de DEFs

Para finalizar, propomos algumas formas de contrapor os argumentos da indústria do tabaco e suas estratégias. Para isso, seguimos também na proposta de dividir os esforços nas cinco áreas sugeridas anteriormente: econômica, social, midiática (ambas mídias regulares e sociais), agricultura (no ambiente rural onde ocorre o cultivo do tabaco) e saúde.

Com a vertente da economia, que é costumeiramente explorada pela indústria é de fundamental importância contrapor a voz dos funcionários que ocupam altos cargos indústria, que estão sempre dando declarações na mídia e falando das vantagens que supostamente a regulamentação dos DEFs trará para sociedade. Torna-se importante ressaltar que não há estudos que comprovem que os DEFs geram menos danos que os cigarros tradicionais. Os danos são diferentes, pois não há o processo de combustão do cigarro comum. Entretanto, estudos comprovam que o fumante do cigarro eletrônico pode sofrer tantos danos quanto ou até mais (Domingues, 2019). Um estudo realizado pela Universidade de Portland, nos EUA, e publicado no periódico The New England Journal of Medicine (Jensen et al., 2015), revelou que, por causa de uma substância chamada formaldeído, o vapor dos DEFs pode ser até 15 vezes mais cancerígeno que a fumaça do cigarro. Outro trabalho americano, da Escola de Medicina da Universidade da Pensilvânia, constatou que os vaporizadores podem elevar o risco de infarto e AVC (Langham et al., 2019). Vale também ressaltar que a dependência de nicotina, mais estudada com o uso dos cigarros convencionais, está ligada a mais de 50 enfermidades, como problemas cardiovasculares, doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) e diversos tipos de câncer (pulmão, laringe, esôfago, bexiga, etc) (INCA, 2021).

Os representantes da indústria do tabaco também têm que ser combatidos. Atuantes como relações públicas da indústria, ex-políticos e lobistas devem ser identificados e constantemente confrontados. Por conhecerem os dois lados do jogo, indústria e política, esses indivíduos têm enorme poder de influência e geralmente atuam nos bastidores para atingir os objetivos da IT, dentre eles pressionar pela liberação dos DEFs. Por isso, é de suma importância saber quem são, o que fazem e como atuam. Conseguindo isso, será mais fácil traçar estratégias de combate e estaremos sempre um passo à frente deles.

Outro ponto que deve ser combatido é quando se fala que o cidadão deve ter liberdade de optar pelos produtos que lhes convém, independente do mal que fazem para saúde e, principalmente, para as pessoas que estão ao seu redor. Quando se invade o espaço alheio, se perde o poder de liberdade que nos é dado e do qual todos nós temos direito. Nessa hora deve prevalecer o direito à saúde e ao bem-estar geral da população. Não há como favorecer um único indivíduo em prol do restante das

pessoas, que não optaram por fumar e por inalarem produtos tóxicos advindos de pessoas que estão nas suas proximidades.

Na questão social, é também importante se munir de algumas armas utilizadas pela indústria como forma de rebater as ideias que eles tanto propagam na mídia, fingindo que têm o objetivo de abrir os olhos da população para um tema de importância global. Na realidade, campanhas como a “Precisamos falar” (PMI, 2019) não têm o propósito de passar nenhuma mensagem positiva e de debater qualquer tipo de assunto. O objetivo é fazer propaganda dos produtos da indústria e vender a ideia de que esses produtos são o futuro, pois na visão deles podem ser menos danosos à saúde e mais modernos e desenvolvidos tecnologicamente.

A sugestão é que utilizemos táticas similares de contraposição. Ao invés de “Precisamos Falar”, a sugestão é que a campanha de combate venha com o tema “Precisamos Informar”, essa sim de interesse público e visando tornar mais claro para população os malefícios causados pelos DEFs e o quanto essa regulamentação pode ser o pontapé inicial para imersão de uma grande quantidade de jovens no mundo do tabagismo, uma doença que mata milhões todo ano em nosso país (OMS, 2021). Quando se fala em agricultura, também é de fundamental importância informar e apoiar os plantadores de fumo. É importante que os plantadores saibam que, embora a produção de tabaco seja enaltecida como uma atividade que gera riqueza, desenvolvimento e emprego, estudos mostram que a renda média mensal das famílias por trabalhador é de um terço do salário-mínimo nacional (ACTBR, n.d.-b).

Os plantadores também precisam saber que em uma análise do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH – expectativa de vida, taxa de alfabetização, taxa de frequência escolar e renda per capita) ficou claro que as principais áreas produtoras de fumo na região Sul apresentam média abaixo do índice estadual, e a taxa de frequência escolar e renda nos municípios onde predominam a fumicultura são inferiores a dos municípios onde não se produz tabaco (INCA, 2018). A produção também afeta a saúde dos trabalhadores e a região fumicultora está entre as que têm alto índice de suicídios. E uma das soluções para esses problemas é o apoio ao trabalhador rural. Dar alternativas para esses plantadores de fumo é, portanto, uma forma de mostrar para eles que existe vida longe da fumicultura. Uma dessas formas é o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco (ANATER, 2021), no momento suspenso, que visa melhorar a qualidade de vida dos produtores e salvaguardá-los dos efeitos de diminuição do consumo de tabaco esperados pela implementação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde.

Há também que se monitorar, informar e se contrapor a políticos captados pela indústria e advindos das regiões fumicultoras. Por terem forte ligação com essas áreas de plantio de fumo, esses

políticos conhecem como funciona esse organismo e têm as armas disponíveis para convencer os plantadores de fumo de que a indústria trabalha em favor deles. Sendo assim, é relevante deixar claro que os trabalhadores não são o foco da indústria, que eles só são as ferramentas utilizadas pela IT para conquistar os seus objetivos e gerar cada vez mais renda, buscando gastar cada vez menos.

Na mídia também deve-se ter uma atuação forte e constante. Há de se cobrar dos veículos de comunicação que haja responsabilidade ao escrever uma matéria ou passar uma informação adiante. O jornalista tem que ter o compromisso de informar a população com a verdade e cabe à função minimamente ouvir os dois lados da história, ou seja, o lado da indústria e o lado de quem visa a saúde e bem-estar da população como um todo.

Outra sugestão é que se crie uma lei que proíba que a indústria financie viagens ou qualquer tipo de benesses para profissionais da imprensa e da mídia como um todo. Não há como haver parcialidade em uma conjuntura onde o jornalista recebe algum tipo de benefício e em seguida tem que escrever uma matéria que, a princípio, deveria ser imparcial. O papel do jornalista é ser isento, essa é uma das questões fundamentais da profissão. Quando há uma troca de favores, a isenção se perde e com isso todos acabam perdendo.

Os influencers são outros personagens da mídia que devem ser monitorados e que devem sofrer sanções quando divulgam produtos proibidos no Brasil e quando passam informações falsas ou minimamente de teor duvidoso. A internet e as redes sociais devem ser monitoradas, alertadas e deve-se tomar uma atitude, desde sanções menores até o banimento das mesmas. Apesar de haver liberdade de expressão, os meios digitais não podem ser tratados como terra de ninguém. Denúncias devem ser constantes e nomes que propagam as supostas “benesses” dos DEFs devem ser expostos como propagadores de falsas informações, principalmente para as novas gerações.

Por fim, abordamos a questão da saúde. É de fundamental importância que se formem profissionais capazes e sabedores dos seus direitos e deveres. Como propagadores da saúde, os profissionais da área devem ser cobrados por terem mais compromisso com o que falam, com suas opiniões e com os dados passados para a população. Para isso, profissionais e entidades de saúde devem estar cientes dos malefícios que os DEFs causam e quais seriam as consequências caso os mesmos fossem regulamentados no Brasil.

Outra questão na área de saúde que deve ser coibida é o patrocínio de eventos acadêmicos por empresas da indústria do tabaco. É de total incoerência permitir que uma indústria que mata milhões de cidadãos todos os anos se coloque como defensora da saúde e da população. A utilização do cigarro, tanto o tradicional quanto o eletrônico, não pode estar atrelada a um estilo de vida saudável. Essa

questão gera uma mentalidade na população de que se órgãos de saúde recebem apoio de empresas fumageiras é porque seus produtos não são tão maléficos para a saúde. Partindo dessa premissa errônea, o consumidor se sente resguardado quanto à utilização desses produtos e confia que o uso não irá atingi-lo. Além disso, temos que confrontar pesquisas onde ocorram conflitos de interesse (COI), como aquelas utilizadas pelos fabricantes para alegar que os DEFs têm risco potencialmente reduzido em comparação aos cigarros convencionais e são destinados a adultos fumantes que não querem ou não conseguem parar de fumar (referência). Ainda, é importante falar que não há evidências conclusivas de pesquisas sem conflito de interesse (não financiadas pelas empresas de tabaco) de que eles são, de fato, produtos de risco reduzido (ACTBR, n.d.-a).

Um exemplo de conflito de interesses recente é uma pesquisa publicada em julho de 2020 que afirmava que fumantes tinham menos chances de desenvolver Covid-19 do que quem não fuma. O artigo foi retirado do ar pelo periódico European Respiratory Journal após ser descoberto que dois autores possuíam ligações com a indústria do tabaco (Rossini, 2021). O estudo analisou os resultados laboratoriais de 236.439 pacientes do México que fizeram o teste de covid-19. Desses, 89.756 testaram positivo para a doença. Após analisar características dos pacientes, os autores escreveram que “fumantes foram 23% menos propensos a serem diagnosticados com Covid-19 em comparação com não-fumantes”. E concluíram que “o tabagismo não foi associado a quadros graves da doença”. Os resultados dos testes de Covid-19 e fichas dos pacientes foram obtidos por meio do Ministério da Saúde do México (Rossini, 2021). Ao final de todo artigo científico, os pesquisadores deveriam declarar se houvesse algum conflito de interesses que poderia ter enviesado os resultados. Nesse estudo, os autores escreveram que não houve conflito de interesses. Essa afirmação, no entanto, era falsa. Os editores do periódico verificaram que o autor José M. Mier atuava como consultor sobre redução de danos do tabaco para indústrias do setor. Já o autor Konstantinos Poulas trabalhava como pesquisador da ONG grega NOSMOKE. A organização estuda e desenvolve cigarros eletrônicos alternativos, além de receber recursos da Foundation for a Smoke Free World (Fundação para um Mundo Livre de Fumo), fundação financiada pela Philip Morris. Ou seja, havia uma clara ligação entre o estudo em questão e a indústria do tabaco, que felizmente foi identificado e medidas foram tomadas (Rossini, 2021).

Por fim, é necessário que a proibição de aditivos de cigarro seja implementada. Reconhecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela comunidade científica como atrativos ao uso dos cigarros e de DEFs, principalmente para o público jovem, facilitando a iniciação ao tabagismo e da dependência à nicotina, os aditivos dificultam o processo de parar de fumar, pois mascaram o sabor ruim dos produtos, a exemplo do mentol, baunilha, chocolate, canela, frutas, doces, dentre outros (ANVISA,

2020a). Desde a publicação da RDC 14/2012, a Anvisa tenta efetivamente proibir o uso desses aditivos de aroma e sabor na fabricação dos cigarros e de outros produtos derivados do tabaco, entretanto, a indústria do tabaco vem usando as vias judiciais para obter liminares e sentenças que autorizam a continuidade do uso dessas substâncias.

Quadro resumo com as respostas sugeridas para contrapor a indústria fumageira na promoção dos DEFs pode ser vista na figura 3.

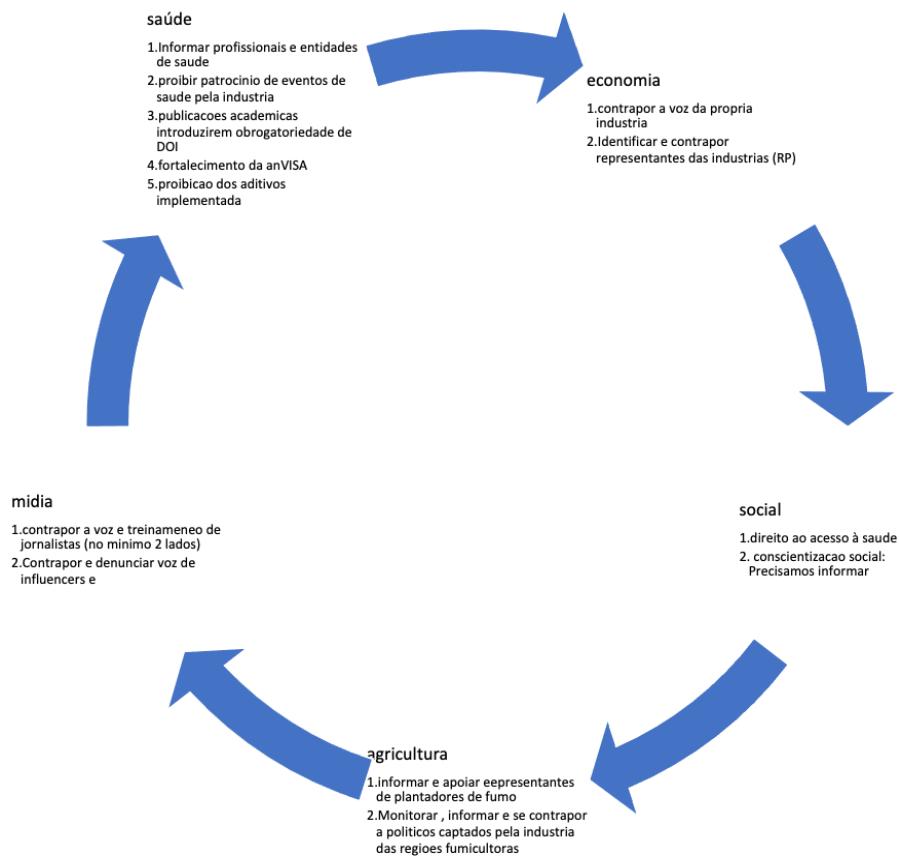


Figura 3: Respostas propostas para contrapor a indústria fumageira na promoção de DEFs

Ao finalizar esse apanhado de respostas e sugestões para contrapor as estratégias e argumentos utilizados pela indústria, é válido ressaltar que ainda há muita estrada pela frente. Essa é uma guerra que

não se vence da noite para o dia e são necessários esforços contínuos para se conseguir chegar ao objetivo principal, um mundo livre do tabagismo e dos males que ele causa.

Referências

- ACTBR. (n.d.-a). Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEFs) | ACT BR. Retrieved November 9, 2021, from
<https://actbr.org.br/defs>
- ACTBR. (n.d.-b). Rede de diversificação de áreas cultivadas com tabaco. Retrieved October 29, 2021, from
<https://actbr.org.br/diversifica/index.php>
- ACTBR. (2017). Estratégia de redução de danos no consumo de álcool deve ser individual—Posts | ACT
BR.
<https://actbr.org.br/post/estrategia-de-reducao-de-danos-no-consumo-de-alcool-deve-ser-individual/16807>
- ANATER. (2021). PROGRAMA NACIONAL DE DIVERSIFICAÇÃO DE ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO
(PNDACT) – ANATER.
<https://www.anater.org/index.php/projeto-de-diversificacao-da-cultura-do-tabaco/>
- ANVISA. (2009). RDC No 46/2009.
<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=31/08/2009&jornal=1&pagina=45&totalArquivos=120>
- ANVISA. (2018). Painel Sobre Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEF).
http://antigo.anvisa.gov.br/documents/106510/5955627/Painel+sobre+DEFs+11_04_2018+resumo+para+disponibiliza%C3%A7%C3%A3o+02_07_2019.pdf/f3c87cd1-6f89-41fd-b991-acad5255f49c
- ANVISA. (2019a). Audiência pública discute dispositivos eletrônicos para fumar. Agência Nacional de
Vigilância Sanitária - Anvisa.
<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2019/audiencia-publica-discute-dispositivos-eletronicos-para-fumar>
- ANVISA. (2019b). Termo de Abertura de Processo (TAP) no 22 de 03/06/2019.
<http://antigo.anvisa.gov.br/propostas-regulatorias#/visualizar/398352>
- ANVISA. (2020a). Justiça mantém proibição de aditivos em derivados do tabaco. Agência Nacional de
Vigilância Sanitária - Anvisa.
<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2020/justica-mantem-proibicao-de-aditivos-em-derivados-do-tabaco>

- ANVISA. (2020b). Lista de temas da Agenda Regulatória 2017-2020.
<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/regulamentacao/agenda-regulatoria/2017-2020/arquivos/3210json-file-1>
- ANVISA. (2021a). Dispositivos eletrônicos para fumar: Anvisa realiza consultas dirigidas. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2021/dispositivos-eletronicos-para-fumar-anvisa-realiza-consultas-dirigidas>
- ANVISA. (2021b). Dispositivos eletrônicos para fumar: Anvisa realiza consultas dirigidas.
<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2021/dispositivos-eletronicos-para-fumar-anvisa-realiza-consultas-dirigidas>
- ANVISA. (2021c). Relatorio da Consulta Dirigida CD n. 06/21: Empresas que comercializem Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEF) em outros países (p. 7) [Gerência-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos, derivados ou não do Tabaco (GGTAB)].
- Apollonio, D. E., & Bero, L. A. (2007). The Creation of Industry Front Groups: The Tobacco Industry and "Get Government Off Our Back." *American Journal of Public Health*, 97(3), 419–427.
<https://doi.org/10.2105/AJPH.2005.081117>
- Assunta, M. (2020). Global Tobacco Industry Interference Index 2020.
<https://globaltobaccoindex.org/upload/assets/OeQLgCFNDGHfy6gBe6BM5xA5Q2Ciksf1EjzyWXQzwaDykgKMYJ.pdf>
- BAT Brasil. (2021, May 17). Redução de Riscos em Pauta. BAT Brasil.
<https://patrocinados.estadao.com.br/bat-brasil/>
- Bernardo, A. (2021). A era do cigarro eletrônico: Ele faz menos mal para a saúde que o comum? Veja Saúde.
<https://saude.abril.com.br/medicina/cigarro-eletronico-faz-menos-mal-para-a-saude-que-o-comum/>
- Bertoni, N., & Szklo, A. S. (2021). Dispositivos eletrônicos para fumar nas capitais brasileiras: Prevalência, perfil de uso e implicações para a Política Nacional de Controle do Tabaco. *Cadernos de Saúde Pública*, 37(7), e00261920. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00261920>
- Blog do Vapor. (2019, June 3). O impacto do cigarro eletrônico no meio ambiente. Blog do Vapor.
<https://blogdovapor.com/o-impacto-do-cigarro-eletronico-no-meio-ambiente/>
- Bower, H. R. (1957). Responsabilidades sociais dos homens de negócios. Civilização Brasileira S.A.

- Cai, Y., Jo, H., & Pan, C. (2011). Vice or Virtue? The Impact of Corporate Social Responsibility on Executive Compensation. *Journal of Business Ethics*, 104(2), 159–173.
<https://doi.org/10.1007/s10551-011-0909-7>
- Castro, L. S. P. de, & Monteiro, J. K. (2015). FUMICULTORES ADVERTEM: A CAUSA DO SEU SOFRIMENTO É A EXPLORAÇÃO NO TRABALHO. *Psicologia & Sociedade*, 27, 87–97.
<https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n1p087>
- Collins, L., Glasser, A. M., Abudayyeh, H., Pearson, J. L., & Villanti, A. C. (2019). E-Cigarette Marketing and Communication: How E-Cigarette Companies Market E-Cigarettes and the Public Engages with E-cigarette Information. *Nicotine & Tobacco Research: Official Journal of the Society for Research on Nicotine and Tobacco*, 21(1), 14–24. <https://doi.org/10.1093/ntr/ntx284>
- Collucci, C. (2021, August 26). Maioria dos brasileiros é favorável a uma maior tributação do cigarro. Folha de S.Paulo.
<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/08/maioria-dos-brasileiros-e-favoravel-a-uma-maior-tributacao-do-cigarro.shtml>
- Congresso Nacional. (1999). DOU n. 166 de 27/01/1999. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.
- Conte, J. (2014, May 31). Cigarro eletrônico é isca da indústria do tabaco para ampliar número de fumantes. Drauzio Varella.
<https://drauziovarella.uol.com.br/drogas-licitas-e-ilicitas/cigarro-eletronico-e-isca-da-industria-do-tabaco-para-ampliar-numero-de-fumantes/>
- da Costa e Silva, V. L. (2021). Documento técnico contendo riscos e impactos de uma eventual autorização de registro dos DEF no Brasil. In press.
- Daynard, R. A., Bates, C., & Francey, N. (2000). Tobacco litigation worldwide. *BMJ : British Medical Journal*, 320(7227), 111–113.
- DIREITA. (2021). DIRETA e ATS organizam mesa latino-americana no 4º Seminário Internacional sobre Redução dos Danos do Tabagismo em 29/09/2021, na Grécia – DIRETA.
<https://www.direta.org/direta-e-ats-organizam-mesa-latino-americana-no-4o-seminario-internacional-sobre-reducao-dos-danos-do-tabagismo-na-grecia-em-29-09-2021/>
- Domingues. (2019). Cigarros eletrônico e tradicional têm em comum os riscos da nicotina; entenda os perigos. G1.
<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/05/31/cigarros-eletronico-e-tradicional-tem-em-comum-os-riscos-da-nicotina-entenda-perigos-de-cada-um.ghtml>

Eufrásio, J. (2020, January 13). Dispositivos eletrônicos para fumar são proibidos, mas ainda são vendidos. Acervo.

https://www.correobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/01/13/interna_cidadesdf,820097/dispositivos-eletronicos-para-fumar-sao-proibidos-mas-ainda-sao-vendi.shtml

Exame. (2021, November 22). Regulamentar alternativas ao cigarro é questão de saúde pública. Exame.
<https://exame.com/bussola/artigo-regulamentar-alternativas-ao-cigarro-e-questao-de-saude-publica/>

Folha de São Paulo. (2017a). Conheça os convidados do fórum sobre redução de danos de tabaco e álcool.

<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2017/08/1908785-conheca-os-convidados-do-forum-sobre-reducao-de-danos-de-tabaco-e-alcool.shtml>

Folha de São Paulo. (2017b). Estratégias de redução de danos devem considerar indivíduo e sociedade—26/08/2017—Seminários Folha—Folha de S.Paulo.

<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2017/08/1913050-estrategias-de-reducao-de-danos-tem-que-considerar-individuo-e-sociedade.shtml>

Folha de São Paulo. (2020a). Philip Morris promove seminário sobre redução de danos e tabagismo. Novo em Folha.

<https://novoemfolha.blogfolha.uol.com.br/2020/09/07/philip-morris-promove-seminario-sobre-reducao-de-danos-e-tabagismo/>

Folha de São Paulo. (2020b). Seminário discute formas de redução de danos para tabagistas—Redução de danos | Estúdio Folha.

<https://estudio.folha.uol.com.br/reducaodedanos/2020/11/1989133-seminario-discute-formas-de-reducao-de-danos-para-tabagistas.shtml>

Foundation for a Smoke-free World. (2017). Global foundation launches to accelerate an end to smoking. Foundation for a Smoke-Free World.

<https://www.smokefreeworld.org/newsroom/global-foundation-launches-accelerate-end-smoking/>

Foundation for a Smoke-free World. (2021a). Home. Foundation for a Smoke-Free World.
<https://www.smokefreeworld.org/>

Foundation for a Smoke-free World. (2021b). Vida News LLC (USA). Foundation for a Smoke-Free World.
<https://www.smokefreeworld.org/awarded-grants/vida-news-275/>

Framework Convention on Tobacco Control. (2019). WHO | Meeting of the Expert Group on Articles 9 and 10 of the WHO FCTC. WHO; World Health Organization.

<http://www.who.int/fctc/secretariat/head/statements/2019/expert-group-article-9-10-bilthoven/en/>

Franklin, D. (2008, January 19). Just good business. The Economist, Special Report: Corporate Social Responsibility. <https://www.economist.com/special-report/2008/01/19/just-good-business>

Garcia, P. (2017). Um futuro sem fumaça? Para onde caminha a fumicultura. GAZ - Notícias de Santa Cruz do Sul e Região.

<https://www.gaz.com.br/um-futuro-sem-fumaca-para-onde-caminha-a-fumicultura/>

Garcia, P. (2020, June 14). A Gazeta esteve lá: Na audiência da Anvisa, no Rio – GAZ – Notícias de Santa Cruz do Sul e Região. <https://www.gaz.com.br/a-gazeta-esteve-la-na-audiencia-da-anvisa-no-rio/>

Garcia, P. (2021). Setor de tabaco quer neutralidade do governo em relação aos cigarros eletrônicos. GAZ - Notícias de Santa Cruz do Sul e Região.

<https://www.gaz.com.br/setor-de-tabaco-quer-neutralidade-do-governo-em-relacao-aos-cigarros-eletronicos/>

Gazeta do Povo. (2017). Cigarro eletrônico pode reduzir danos à saúde do fumante. Gazeta do Povo.

<https://www.gazetadopovo.com.br/viver-bem/saude-e-bem-estar/cigarro-eletronico-pode-reduzir-danos-a-saude-do-fumante/>

GAZETA DO POVO. (2019, February 12). Na vanguarda, Reino Unido vê sucesso na regulamentação de cigarros eletrônicos. Gazeta do Povo.

<https://www.gazetadopovo.com.br/gpbc/dentro-da-lei/reino-unido-cigarros-eletronicos/>

Gazeta do Povo. (2019, November 2). O que é mais eficaz para parar de fumar: Cigarro eletrônico ou adesivos? Gazeta do Povo.

<https://www.gazetadopovo.com.br/viver-bem/saude-e-bem-estar/cigarro-eletronico-ajuda-a-parar-de-fumar/>

Goldberg, D. S., Lederer, D. J., MacKenzie, E. J., Moss, M., Samet, J. M., Schumacker, P. T., Wedzicha, J. A., & Wynia, M. K. (2018). The Phillip Morris Foundation for a Smoke-Free World. A Cause for Concern. Annals of the American Thoracic Society, 15(11), 1269–1272.

<https://doi.org/10.1513/AnnalsATS.201806-414GH>

Gov.uk. (2018). Evidence review of e-cigarettes and heated tobacco products 2018: Executive summary—GOV.UK.

<https://www.gov.uk/government/publications/e-cigarettes-and-heated-tobacco-products-eviden>

ce-review/evidence-review-of-e-cigarettes-and-heated-tobacco-products-2018-executive-summary

Harjoto, M. A., & Jo, H. (2011). Corporate Governance and CSR Nexus. *Journal of Business Ethics*, 100(1), 45–67. <https://doi.org/10.1007/s10551-011-0772-6>

Health, C. O. on S. and. (2021, August 3). Smoking and Tobacco Use; Electronic Cigarettes. Centers for Disease Control and Prevention.

https://www.cdc.gov/tobacco/basic_information/e-cigarettes/severe-lung-disease.html

INCA. (2018, June 19). Alternativas à fumicultura e publicações sobre o tema. INCA - Instituto Nacional de Cáncer. <https://www.inca.gov.br/es/node/1693>

INCA. (2021, January 1). Quais são as doenças causadas pelo uso do cigarro e outros produtos derivados de tabaco? | INCA - Instituto Nacional de Cáncer.

<https://www.inca.gov.br/perguntas-frequentes/quais-sao-doencas-causadas-pelo-uso-cigarro-e-outros-produtos-derivados-tabaco>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). PeNSE.

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9134-pesquisa-nacional-de-saude-do-escolar.html?=&t=o-que-e>

Instituto Nacional de Cáncer José Alencar Gomes da Silva, C. (2016). Cigarros eletrônicos: O que sabemos? Estudo sobre a composição do vapor e danos à saúde, o papel na redução de danos e no tratamento da dependência de nicotina. Instituto Nacional de Cáncer José Alencar Gomes da Silva.

IPADS. (2019, June 3). Seminário Internacional de Políticas de Redução de Danos: História, atualidade e perspectivas. Ipads.

<https://ipads.org.br/seminario-internacional-de-politicas-de-reducao-de-danos-historia-atualidade-e-perspectivas/>

ISTOÉ. (2019, September 18). O cigarro eletrônico é perigoso? A ciência ainda tem dúvidas. ISTOÉ Independente.

<https://istoe.com.br/o-cigarro-eletronico-e-perigoso-a-ciencia-ainda-tem-duvidas/>

Jansen, T. (2015, May 17). Usuários driblam proibição de venda de cigarro eletrônico no Brasil. O Globo. <https://oglobo.globo.com/saude/usuarios-driblam-proibicao-de-venda-de-cigarro-eletronico-no-brasil-16182500>

- Jensen, R. P., Luo, W., Pankow, J. F., Strongin, R. M., & Peyton, D. H. (2015). Hidden Formaldehyde in E-Cigarette Aerosols. *New England Journal of Medicine*, 372(4), 392–394.
<https://doi.org/10.1056/NEJMc1413069>
- Langham, M., Guo, W., Chatterjee, S., & Johncola, A. (2019, August 20). Nicotine-Free E-Cigarettes Can Damage Blood Vessels—Penn Medicine.
<https://www.pennmedicine.org/news/news-releases/2019/august/nicotine-free-e-cigarettes-can-damage-blood-vessels>
- Legg, T., Peeters, S., Chamberlain, P., & Gilmore, A. B. (2019). The Philip Morris-funded Foundation for a Smoke-Free World: Tax return sheds light on funding activities. *The Lancet*, 393(10190), 2487–2488. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(19\)31347-9](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(19)31347-9)
- LLYC. (2019, September 24). Assuntos Públicos | LLYC.
<https://www.llorenteycuenca.com.pt/especialidad/asuntos-publicos/>
- Macedo, F. (2019). O futuro é sem fumaça. Fausto Macedo.
<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/o-futuro-e-sem-fumaca/>
- Mathias, M. (2021a, September 30). Lobby do fumo ataca colegiado-chave da política antitabaco. O Joio e o Trigo.
<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/lobby-do-fumo-ataca-colegiado-chave-politica-antitabaco/>
- Mathias, M. (2021b, November 12). Na COP 9, indústria do fumo ganha, mas não leva. o Joio e o Trigo.
<https://ojoioeotrigo.com.br/2021/11/na-cop-9-industria-do-fumo-ganha-mas-nao-leva/>
- McEwan, M., Gale, N., Eldridge, A., Errington, G., Graff, D., Murphy, J., Proctor, C. J., Fearon, I. M., & Saraiva, A. (2018). A SCIENTIFIC FRAMEWORK FOR ASSESSING THE RISK PROFILE OF NGPs RELATIVE TO SMOKING. 2.
- MCNEILL E HAJEK. (2015, August 19). E-cigarettes: An evidence update. GOV.UK.
<https://www.gov.uk/government/publications/e-cigarettes-an-evidence-update>
- Militão, E., & Neves, R. (2021, October 15). Fábrica de cigarros contrata políticos profissionais como lobistas.
<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/10/15/philip-morris-consultores-lobby-tcu-jose-mucio-monteiro-cassio-cunha-lima.htm>
- Niederauer, M. (2019, August 6). Anvisa promove audiência pública para discutir venda de cigarro eletrônico. Acervo.

<https://www.correobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/08/06/interna-brasil,775815/visa-promove-primeiro-debate-publico-sobre-cigarros-eletronicos.shtml>

Notícias Agrícolas. (2018). Região Sul é responsável por 98% da produção de tabaco no Brasil.

<https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/209105-regiao-sul-e-responsavel-por-98-da-producao-de-tabaco-no-brasil.html>

o Joio e o Trigo. (2020, July 31). Indústria do cigarro mira médicos para legitimar novo produto. o Joio e o Trigo.

<https://ojoioeotrigo.com.br/2020/07/industria-do-cigarro-mira-medicos-para-legitimar-novo-produto/>

O Joio e o Trigo. (2021, May 31). Descortinando a fumaça: O lobby da indústria do tabaco em imagens. o Joio e o Trigo.

<https://ojoioeotrigo.com.br/2021/05/descortinando-a-fumaca-o-lobby-da-industria-do-tabaco-em-imagens/>

OKUMURA, M. (2021, January 7). Vaporacast 85: Toxicologia e o Vapor – com Luiz Ribeiro (Parte 1) – VAPORACAST. VAPORACAST.

<https://vaporacast.com/vaporacast-85-toxicologia-e-o-vapor-com-luiz-ribeiro-parte-1/>

OLÁ. (2019, July 13). Afubra vai defender em audiência cigarro eletrônico que utiliza tabaco. Olá Jornal.

<http://olajornal.com.br/afubra-vai-defender-em-audiencia-cigarro-eletronico-que-utiliza-tabaco/>

Olá Jornal. (2020, July 4). Cigarro eletrônico: Um mercado 100% ilegal. Olá Jornal.

<http://olajornal.com.br/cigarro-eletronico-um-mercado-100-ilegal/>

OMS. (2021, July 26). Tobacco. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/tobacco>

Paumgartten, F. J. R. (2019). A critical appraisal of the harm reduction argument for heat-not-burn tobacco products. Revista Panamericana de Salud Pública, 42, e161.

<https://doi.org/10.26633/rpsp.2018.161>

PMI. (2009). Philip Morris International unveils new CHF 120 million Research & Development Campus in Neuchâtel | Philip Morris International.

<https://www.pmi.com/media-center/press-releases/details/philip-morris-international-unveils-new-chf-120-million-research-development-campus-in-neuchatel>

PMI. (2019, October 16). PHILIP MORRIS BRASIL PROMOVE DEBATE SOBRE MELHORES ALTERNATIVAS AO CIGARRO PARA ADULTOS FUMANTES.

<https://www.pmi.com/markets/brazil/pt/not%C3%ADcias/details/philip-morris-brasil-promove-debate-sobre-melhores-alternativas-ao-cigarro-para-adultos-fumantes>

PMI. (2021). PHILIP MORRIS BRASIL TEM NOVA HEAD DE ASSUNTOS MÉDICOS.

<https://www.pmi.com/markets/brazil/pt/noticias/details>

Portes, L. H., Machado, C. V., & Turci, S. R. B. (2019). Government coordination of the Tobacco Control Policy in Brazil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24, 2701–2714.

<https://doi.org/10.1590/1413-81232018247.22972017>

Prado, M. (2021, March 20). BAT Brasil aponta revisão do sistema tributário para enfrentamento do contrabando de cigarros. Olá Jornal.

<http://olajornal.com.br/bat-brasil-aponta-revisao-do-sistema-tributario-para-enfrentamento-do-contrabando-de-cigarros/>

R7 notícias. (2019, May 21). Cigarro eletrônico é alternativa ao tabagismo, dizem pesquisadores. R7.com.
<http://noticias.r7.com/saude/cigarro-eletronico-e-alternativa-ao-tabagismo-dizem-pesquisadores-21052019>

Rossini, M. C. (2021). Estudo que relacionava tabagismo a menor chance de ter Covid-19 é retirado do ar. Super.

<https://super.abril.com.br/ciencia/estudo-que-relacionava-tabagismo-a-menor-chance-de-ter-covid-19-e-retirado-do-ar/>

Salgado, L., Dorado, D., & Arcilla, J. (2020). Índice Regional da Interferência da Indústria do Tabaco, 2020.
<https://actbr.org.br/uploads/arquivos/INDICE-REGIONAL-DA-INDUSTRIA-DO-TABACO.pdf>

Santos, U. P. (2018). Electronic cigarettes—The new playbook and revamping of the tobacco industry. Jornal Brasileiro de Pneumologia, 44(5), 345–346.
<https://doi.org/10.1590/S1806-37562018000050003>

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. (2021). Instrução normativa no 02/2021, publicada pela secretaria da agricultura, pecuária e desenvolvimento rural (seapdr).

<https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/202102/03155857-regulamento-das-cst.pdf>

Sena, V. (2021, March 23). Phillip Morris faz nova aposta para aprovar “cigarro do futuro” no Brasil. Exame.

<https://exame.com/negocios/phillip-morris-faz-nova-aposta-para-aprovar-cigarro-do-futuro-no-brasil/>

Serpa, D. A. F., & Fourneau, L. F. (2007). Responsabilidade social corporativa: Uma investigação sobre a percepção do consumidor. *Revista de Administração Contemporânea*, 11(3), 83–103.
<https://doi.org/10.1590/S1415-65552007000300005>

- Silva, A. L. O. da, & Moreira, J. C. (2019). Por que os cigarros eletrônicos são uma ameaça à saúde pública? *Cadernos de Saúde Pública*, 35. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00246818>
- SINDITABACO. (2016, November 8). Delegação brasileira atentará para a importância econômica e social do tabaco. Sinditabaco.
<http://www.sinditabaco.com.br/delegacao-brasileira-atentara-para-importancia-economica-e-social-tabaco/>
- Sudré, L. (2020, November 26). Indústria do cigarro quer todas as idades com dispositivos eletrônicos. o Joio e o Trigo.
<https://ojoioeotrigo.com.br/2020/11/industria-do-cigarro-quer-todas-as-idades-com-dispositivo-s-eletronicos/>
- Sudré, L., & Ferreira, Y. (2020, October 19). Futuro da fumaça: Como a indústria do cigarro esconde os perigos do vape para convencer você a fumar. The Intercept.
<https://theintercept.com/2020/10/19/como-a-industria-do-cigarro-esconde-os-perigos-do-vape-para-convencer-voce-a-fumar/>
- Toledo, M. (2021, March 2). Contrabando de cigarros tira 173 mil empregos do Brasil, diz estudo. Folha de S.Paulo.
<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/contrabando-de-cigarros-tira-173-mil-empregos-do-brasil-diz-estudo.shtml>
- Truth Initiative. (2019). Spinning a new tobacco industry: How Big Tobacco is trying to sell a do-gooder image and what Americans think about it.
https://truthinitiative.org/sites/default/files/media/files/2019/11/Tobacco%20Industry%20Inference%20Report_final111919.pdf
- Truth Initiative. (2021). E-cigarettes: Facts, stats and regulations. Truth Initiative.
<https://truthinitiative.org/research-resources/emerging-tobacco-products/e-cigarettes-facts-stats-and-regulations>
- University of Bath. (2021a). Big tobacco, big conflict of interest.
<https://www.bath.ac.uk/announcements/big-tobacco-big-conflict-of-interest/>
- University of Bath. (2021b). E-cigarettes—TobaccoTactics. <https://tobaccotactics.org/wiki/e-cigarettes/>
- University of Bath. (2021c). Front Groups—TobaccoTactics. Tobacco Tactics.
<https://tobaccotactics.org/wiki/front-groups/>
- University of Bath. (2021d). Next Generation Products. Tobacco Tactics.
<https://tobaccotactics.org/wiki/next-generation-products/>

Vaporaqui. (2020, November 5). II Seminário Internacional de Redução de Danos sobre o Tabagismo.

Vapor Aqui. <https://www.vaporaqui.net/segundo-seminario-internacional-reducao-danos/>

Vida News. (2020, April 2). VIDA News—About Us. <https://vida.news/about/>

VivaBem Uol. (2019). Oito coisas que você precisa saber sobre o cigarro eletrônico.

<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2019/11/21/oito-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-o-cigarro-eletronico.htm>

WHO Framework Convention on Tobacco Control. (2008). Working group on Articles 9 & 10.

<https://www.who.int/fctc/guidelines/Decisions9and10.pdf>

WHO Framework Convention on Tobacco Control. (2016). COP7 decisions. WHO; World Health Organization. <http://www.who.int/fctc/cop/cop7/Documentation-Decisions/en/>

WHO Framework Convention on Tobacco Control. (2020). Intersessional group mandated by COP8.

https://www.who.int/fctc/treaty_instruments/groups/COP_UPDATE_JUNE_2020_composition_WG_EG.pdf?ua=1

World Bank. (2019). Brazil: Tobacco Use, Tobacco Control Legislation, and Taxation. (Country Brief) [Global Tobacco Control Program].

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/576421560802645093/pdf/Brazil-Overview-of-Tobacco-Use-Tobacco-Control-Legislation-and-Taxation.pdf>



CENTRO DE
ESTUDOS
SOBRE TABACO
E SAÚDE - CETAB
ENSP • FIOCRUZ



A GLOBAL
TOBACCO
INDUSTRY
WATCHDOG